

GESTÃO DE *DESASTRES*



Gestão de Desastres



SUMÁRIO

Gestão de Desastres	7
a. Introdução	9
b. O que é um Desastre	9
c. Gestão Integrada de desastres	10
d. Desastres como situações críticas	10
e. Princípios da gestão dos desastres	10
f. Os eixos alinhadores da gestão dos desastres	12

EIXO 1 – SOCORRO

1.1 Sistema Comando de Operações – SCO.....	16
1.2 Alerta e alarme para a comunidade	26
1.3 Informar constantemente sobre o evento	29
1.4 Acolher e socorrer a população vulnerável.....	37

EIXO 2 – ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E LOGÍSTICA DE DESASTRE

2.1 Logística.....	57
2.2 Demandas de logística.....	60
2.3 Padrões de orçamento	61
2.4 Documentos necessários para aquisição	62
2.5 Adquirindo por Dispensa de Licitação – DL.....	63

2.6 Aquisição direta.....	64
2.7 Exemplos de itens de assistência	65
2.8 Ações do grupo de gestão municipal	71
2.9 Campanhas de doação	74

EIXO 3 – RESTABELECIMENTO E REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS ATINGIDOS

3.1 Reabilitação e Restabelecimento.....	79
3.2 Destinação do resíduo sólido de desastre	82
3.3 Relatório de vistorias e laudos especiais	84
3.4 Planos de trabalho	88
3.5 Detalhamento das ações de Defesa Civil.....	92
3.6 Ações de Resposta	98
a. Plano de Trabalho de Resposta - Socorro e Assistência (anexo I).....	98
b. Plano de Trabalho de Restabelecimento e Reabilitação (anexo II).....	99
c. Plano de Trabalho de Recuperação (anexo III).....	99
Anexo I.....	103
Anexo II.....	107
Anexo III.....	111
Referências Bibliográficas.....	115
Ficha Catalográfica	117

GESTÃO DE DESASTRES

O mundo encontra-se em plena modificação. Movimentos sociais, revoluções tecnológicas, substituição de ideologias políticas e, principalmente, as transformações ambientais e geográficas.

Porém, como característica intrínseca do ser humano frente a toda essa realidade, o homem exercita seu dom de adaptação, necessário para permitir sua sobrevivência. Sobreviver e viver de forma segura, principalmente quando o assunto é: desastre natural.

Prevenir é, por certo, a ação mais coerente e eficaz de ser realizada. O estudo das áreas de risco, o projeto e execução de obras protetivas, a preparação da comunidade vulnerável para a modificação de sua percepção quanto ao risco que a cerca, todas essas ações são necessárias para garantirmos a proteção de nossas famílias.

Porém, o meio ambiente é bem mais rápido do que nossas atividades preventivas. Registramos anualmente eventos inéditos e inesperados, como índices de chuvas acima da média ou muito abaixo, movimentos de solo, avanço da água do mar, ventos severos, e são esses apenas exemplos de eventos adversos que podem trazer a destruição em questão de poucos minutos.

Por esses motivos é que devemos estar sempre preparados. Técnicas, processos, equipes e agências integradas são alguns exemplos do que precisamos para poder responder a casos de desastres.

Nesse manual, você leitor, encontrará informações valiosas que complementam a oficina de capacitação.

Conceitos de resposta a desastre, integração de equipes, sistema de comando de operações, aquisições e compras emergenciais de itens de Assistência Humanitária, tratamento do resíduo sólido, são alguns exemplos dos assuntos que você irá encontrar.

Desejamos uma excelente leitura, e principalmente, muita disposição e espírito empreendedor para estimular as pessoas e colocar todos os ensinamentos em prática.

GESTÃO DE DESASTRES

UMA AÇÃO INTERSETORIAL

a. INTRODUÇÃO

Os desastres representam um motivo de crescente preocupação mundial, pois a vulnerabilidade exacerbada pela evolução da urbanização sem planejamento, o subdesenvolvimento, a degradação do meio ambiente, as mudanças climáticas, a concorrência pelos recursos escassos e o impacto de epidemias, pressagiam um futuro de ameaça crescente para a economia mundial, para a população do planeta e para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (UN/ISDR, 2009, p.27), a expressão “redução de desastres” concentra-se no conceito e na prática de: “reduzir o risco de desastres mediante esforços sistemáticos dirigidos à análise e à gestão dos fatores causadores dos desastres, o que inclui a redução do grau de exposição às ameaças (perigos), a diminuição da vulnerabilidade das populações e suas propriedades, uma gestão prudente dos solos e do meio ambiente e o melhoramento da preparação diante dos eventos adversos.

b. O QUE É UM DESASTRE?

Uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, com impactos sobre pessoas, bens, economia e meio ambiente que excede a capacidade dos afetados para lidar com situação mediante o uso de seus próprios recursos.



c. GESTÃO INTEGRADA DE DESASTRES

A boa administração da resposta a desastres não é apenas a extensão de bons procedimentos de emergência no dia-a-dia. É mais do que simplesmente mobilizar recursos, instalações e pessoal adicionais, pois os desastres criam problemas peculiares, raramente enfrentados cotidianamente.

d. DESASTRES COMO SITUAÇÕES CRÍTICAS

São aquelas cujas características de risco exigem das agências envolvidas, além de uma intervenção imediata de profissionais treinados com equipamentos adequados, uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e o gerenciamento integrados das ações de resposta.

e. PRINCÍPIOS DA GESTÃO DOS DESASTRES

Quatro são os itens que compõem **os princípios** a serem seguidos para a gestão de uma Crise (desastre);

Se durante a gestão de um desastre, o coordenador e seu staff conseguirem cumprir os princípios, as ações terão o reconhecimento e o envolvimento de todos os participantes e as expectativas serão supridas, pois as necessidades serão respeitadas e cumpridas. Desta forma, as críticas encontrarão pouca sustentação.

- 1 - A ferramenta de gestão de desastre deve ser compartilhada num ambiente próprio, desenhado ou mesmo improvisado, para comportar a administração de uma crise;



2 - Ações e decisões são multidisciplinares e multisetoriais;



3 - O necessário e suficiente, para o máximo de pessoas, deve estar contido no mínimo espaço de tempo possível;



4 - As ações devem suprir prioritariamente as necessidades técnicas e sociais com a participação do ente político que está envolvido na solução da crise.

f. OS EIXOS ALINHADORES DA GESTÃO DOS DESASTRES

Eixo 1- Socorro;

Eixo 2 - Assistência humanitária e Logística para Desastres; e

Eixo 3 - Restabelecimento e Reabilitação.

São esses 3 elementos que constituem os eixos da ação de Resposta aos Desastres. Seguindo cada fase e respeitando os momentos de progressão do evento e as instituições vocacionadas para as operações, o gestor do desastre estará em condição favorável de alcançar o sucesso na gestão da crise instalada.

EIXO 1

SOCORRO

SOCORRO

As ações de controle de sinistros e socorro às populações em risco ocorrem com mais intensidade nas áreas próximas ao local mais impactado pelo evento adverso. Elas se dividem em: ações de atendimento e combate a sinistros (conter os efeitos do evento adverso, isolar as áreas de riscos intensificados ou áreas críticas, atuação direta sobre o evento, segurança da área sinistrada, controle de trânsito, etc) e ações de socorro às populações afetadas (busca e salvamento, primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar, atendimento médico cirúrgico de urgência, etc).

Na fase do socorro é que são desencadeadas as principais ações integradas do “Plano de Contingência” do município.

Para que as ações de socorro atendam às expectativas da população afetada por desastres, é preciso que efetivamente todas tenham planejamento, organização, direção e controle. Faz-se necessária, portanto, a gestão de todas as ações que envolvem a resposta ao desastre, ou seja, a gestão de desastre ou a gestão da resposta ao desastre.

A expressão “gestão de desastres” é, por vezes, também utilizada como “gestão de emergências” ou “gestão de crise”. A gestão de desastres foi recentemente conceituada pela Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas, UNISDR (2009, p.18) como:

“A organização e a gestão dos recursos e responsabilidades para abordar todos os aspectos das emergências, especialmente a preparação, a resposta e os passos iniciais da reabilitação (reconstrução)”.

Vale destacar ainda que uma crise ou emergência é uma condição de perigo/ameaça que requer a tomada de ações urgentes. Uma ação eficaz de emergência pode evitar que um evento cresça até o ponto de converter-se em um desastre. A gestão de emergências inclui planos e arranjos institucionais para comprometer e guiar os esforços do governo, das organizações não governamentais, das entidades voluntárias e dos órgãos privados de forma coordenada e integral para responder a todas as necessidades relacionadas a uma emergência.

Em toda emergência, faz-se necessário o uso de ferramentas de gestão que facilitem o processo de planejamento, organização, direção e controle das ações necessárias num cenário afetado por desastres.

O **Sistema de Comando em Operações (SCO)**, portanto, é uma ferramenta gerencial, com características sistêmicas, para planejar, organizar, dirigir e controlar as ações de resposta, fornecendo um meio de articular os esforços de agências individuais quando elas atuam com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedades e o meio ambiente.

A Defesa Civil Nacional adotou o Sistema de Comando em Operações (SCO) como ferramenta padrão de resposta a desastres.



Força Tarefa CBMSC: Atendimento em bairro da cidade de Blumenau-SC.

1.1 SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES

O SCO pode ser conceituado como um modelo gerencial ou uma metodologia de trabalho que serve para facilitar e melhorar o comando, o controle e a coordenação das ações de resposta em situações emergenciais ou planejadas de qualquer natureza ou tamanho.

O SCO permite que seus usuários adotem uma estrutura organizacional integrada para enfrentar as demandas e complexidades de uma situação crítica, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais.

Utilizando as melhores práticas de administração, o SCO ajuda a garantir:

- **Maior segurança para as equipes de resposta e demais envolvidos na situação crítica;**
- **O alcance de objetivos e prioridades previamente estabelecidas; e**
- **O uso eficiente e eficaz dos recursos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e de informação) disponíveis.**

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SCO

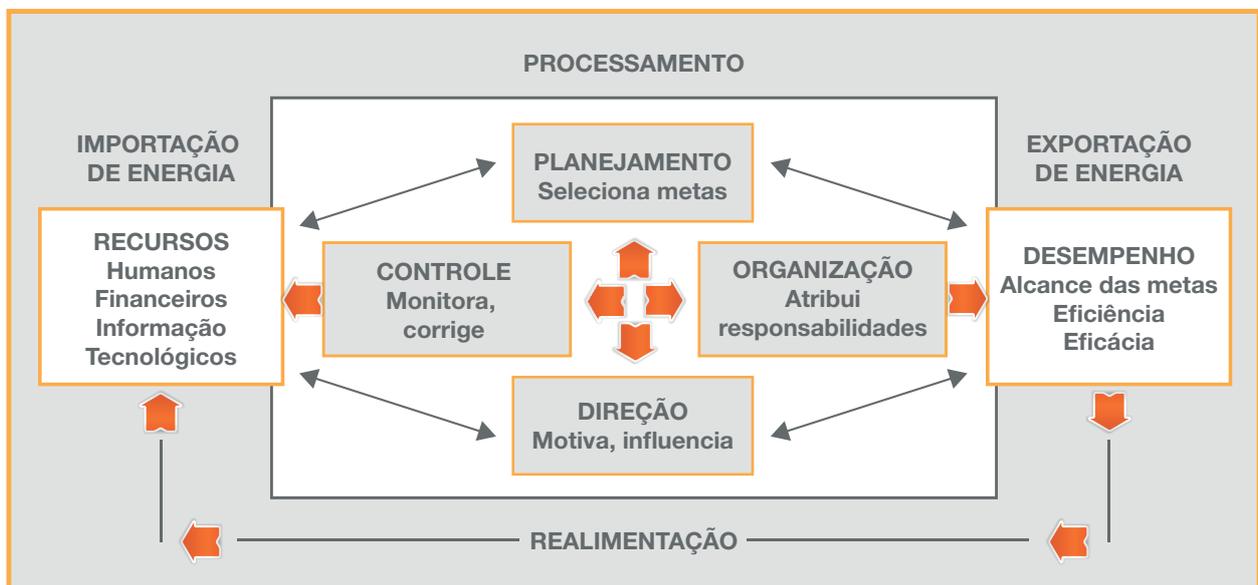
• Princípios do Sistema de Comando em Operações

A administração de desastres é, por natureza, complexa e dinâmica. Desde sua origem, o SCO representou a consolidação de modernos princípios administrativos, que continuam relevantes até nossos dias. De acordo com Gomes Jr. (2006, p.48), *“o SCO deve basear seu emprego em 3 princípios fundamentais: a concepção sistêmica, contingencial e para todos os riscos e situações”*.

• Concepção sistêmica

Contrapondo o paradigma reducionista caracterizado pelo planejamento prévio e específico para diferentes cenários de risco, o SCO propõe o uso do pensamento sistêmico ao abordar a complexidade das operações de resposta aos desastres (emergências e situações críticas). Assim, o planejamento e as ações de resposta ao desastre tendem a ser realizados a partir de um entendimento integral da realidade por meio de fluxos sucessivos de ações (planejamento, organização, direção e controle) em vez de apenas por meio de ações lineares de causa e efeito.

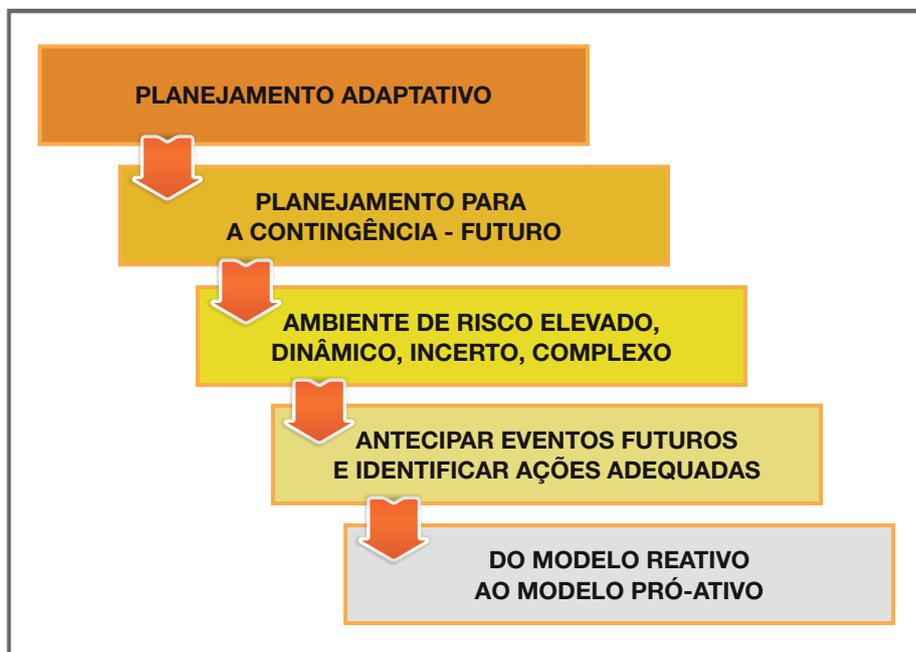
Essa abordagem sistêmica é, segundo Daft (2005, p.40), “uma extensão da perspectiva humanística que descreve as organizações como sistemas abertos caracterizados pela entropia, sinergia e interdependência de subsistemas” .



- **Concepção contingencial**

De acordo com a concepção contingencial, a estrutura organizacional de resposta aos desastres deve ser capaz de adaptar-se ao ambiente (se expandindo ou diminuindo) de acordo com cada situação. Essa abordagem contingencial é, segundo Daft (2005, p.41), *“uma extensão da perspectiva humanística em que a resolução bem-sucedida dos problemas organizacionais depende da identificação das variáveis de cada situação”*.

Tal modelo é garantido mediante o emprego de estruturas administrativas modulares e flexíveis de comando e comunicação que fazem com que a estrutura se adapte de acordo com os objetivos estratégicos de cada situação crítica.



- **Concepção para todos os riscos e operações**

Esse princípio indica que o modelo tem caráter universal, ou seja, deve ser utilizável como ferramenta gerencial para planejar, organizar, dirigir e controlar situações críticas de qualquer natureza, independentemente de sua causa, tamanho, configuração, localização ou complexidade.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS:

Quanto à padronização de condutas:

Emprego de terminologia comum – O SCO recomenda o uso de terminologia comum para facilitar a comunicação entre as pessoas e as organizações envolvidas na operação. O uso de códigos e expressões peculiares a uma determinada atividade ou organização deve ser evitado a fim de não dar margem a interpretações inadequadas ou falta de compreensão da mensagem.

Uso de formulários padronizados – O SCO recomenda o emprego de formulários pré-estabelecidos com vistas à padronização do registro de informações e recursos, a consolidação do plano de ação e a documentação de tudo que foi realizado durante a operação. O formato dos formulários, além do seu fluxo previamente determinado, estabelece os canais de comunicação vertical e horizontal do SCO, consolidando a cadeia e unidade de comando.

Quanto ao comando das operações:

Estabelecimento e transferência formal de comando – O SCO recomenda enfaticamente que entre os primeiros que chegam na cena da emergência alguém assuma formalmente o comando da operação. A partir daí, as demais funções vão sendo implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal.

Cadeia e unidade de comando – A cadeia de comando é uma linha ininterrupta de autoridade que liga as pessoas dentro do SCO. Essa linha representa o caminho por onde fluem as ordens, orientações e informações entre os diferentes níveis organizacionais.

Comando único ou unificado – O termo comando único é usado quando apenas uma pessoa, representando sua organização, assume formalmente o comando da operação como um todo, sendo o responsável pelo gerenciamento de todas as atividades relativas à situação crítica. O uso desse modelo ocorre quando apenas uma organização conduz as ações de resposta ou quando a organização é a principal responsável pela resposta e as outras organizações atuam apenas apoiando e colaborando com suas ações.

O termo “comando unificado” é usado numa abordagem mais cooperativa, na qual representantes das organizações envolvidas na resposta a situação crítica atuam em conjunto, a partir do estabelecimento de objetivos e prioridades comuns. O uso desse modelo ocorre quando mais de uma organização tem participação destacada na operação como um todo.

QUANTO À ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Organização modular e flexível – O SCO utiliza uma estrutura organizacional padronizada, porém flexível, na sua implantação. Assim, **apenas as funções realmente necessárias para o alcance dos objetivos comuns do comando são ativadas**. No início da operação a função “comando” é estabelecida e a partir daí, as demais funções vão sendo implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal.

Administração por objetivos – Como modelo administrativo a APO estabelece objetivos (resultados) a serem alcançados por determinadas pessoas ou grupos de pessoas, num determinado período de tempo e acompanha o desempenho (controle) procedendo às correções necessárias.

O principal apelo da APO está em converter prioridades e objetivos comuns em metas específicas para cada indivíduo dentro do sistema. Cada integrante da estrutura, desde o comando até o líder de um recurso único, precisa de objetivos claramente definidos. Esses objetivos devem estabelecer que desempenho se espera que ele apresente, que contribuição se espera que sua equipe ou unidade apresente, e que contribuição se espera que o comando e todas as demais funções estabelecidas na estrutura do SCO devem oferecer em conjunto para que elas atinjam os objetivos e prioridades comuns.

De forma geral, o estabelecimento dos objetivos da operação são estabelecidos de acordo com as seguintes prioridades:

- a. Salvar vidas;**
- b. Estabilizar a situação;**
- c. Preservar bens e propriedades.**

Uso de planos de ação – O SCO consolida a APO através de um plano de ação (PAç) elaborado pelo comando da operação. O PAç fornece às pessoas e organizações envolvidas uma ideia geral da situação, dos recursos disponíveis e, especialmente, dos objetivos e prioridades a alcançar num determinado período operacional, otimizando os esforços e gerando sinergia. Inicialmente, o PAç pode ser apenas verbal, mas à medida em que a operação se desenvolve (e sua complexidade aumenta) ele acaba se tornando mais formal e exigindo o preenchimento de formulários padronizados (plano escrito).

O QUE SÃO OS PLANOS?

O plano é apenas o documento que registra o planejamento (situação futura desejada). No plano devem ser previstas as responsabilidades de cada pessoa, grupo ou organização, as prioridades e as medidas iniciais a serem tomadas e a forma como os recursos serão empregados.

Adequada amplitude de controle – A amplitude de controle se refere ao número ideal de pessoas que um superior pode supervisionar pessoalmente, de maneira eficiente e eficaz. A amplitude de controle é influenciada por vários fatores, tais como: o tipo da emergência ou situação crítica, a natureza das tarefas, os riscos e fatores de segurança exigidos, a distância entre as pessoas e os recursos, etc. O SCO recomenda que o número de pessoas ou recursos sob a responsabilidade de um determinado coordenador, encarregado ou líder, seja compatível com a sua capacidade gerencial, logo, não deve ser inferior a 3, nem superior a 7.



Regionais de Defesa Civil: Profissionais da SDC sendo treinados nas técnicas de SCO, 2012.

QUANTO ÀS INSTALAÇÕES, ÁREAS DE ACESSO E RECURSOS OPERACIONAIS E LOGÍSTICOS

Instalações e áreas padronizadas – O SCO recomenda o uso padronizado de instalações e áreas de trabalho. As principais instalações (espaços físicos móveis ou fixos) são:

- a. Posto de comando;
- b. Base de apoio;
- c. Acampamento;
- d. Centro de informações ao público;
- e. Helibases; e
- f. Helipontos.



Acampamento da força tarefa CBMSC: Simulado de Desastre, Lages-SC, 2012.

AS PRINCIPAIS ÁREAS SÃO:

- a. Área de espera (local onde os recursos operacionais são recepcionados, cadastrados e permanecem disponíveis até seu emprego); e
- b. Área de concentração de vítimas (local onde as vítimas são reunidas, triadas e recebem atendimento inicial até serem transportadas para estabelecimentos hospitalares).

O SCO recomenda também a organização da área em diferentes **zonas de trabalho (ZT)**, de acordo com o tipo de emergência, a natureza das tarefas a serem realizadas e o risco presente no cenário em questão.

As ZT são divididas em:

- a. Área quente (local de maior risco, com acesso restrito, local onde houve os principais registros de dano do impacto do evento adverso);
- b. Área morna (local intermediário, não totalmente seguro, com acesso e circulação igualmente restritos); e
- c. Área fria (local seguro, que abriga as instalações e recursos que darão suporte à operação).

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS

O SCO orienta que todos os recursos empregados na operação sejam gerenciados de forma integrada. Para isso, faz-se necessário que todos os recursos (operacionais ou logísticos), assim que cheguem próximos à cena da emergência, sejam imediatamente encaminhados para uma área de espera previamente definida, local onde esses recursos são recepcionados, cadastrados e permanecerão disponíveis até seu emprego de acordo com o plano de ação e sob controle do respectivo encarregado.

Os recursos podem ser agrupados em 2 categorias:

- a. Recursos operacionais (são recursos em condições de pronto emprego operacional, como por exemplo, um helicóptero com a sua tripulação, uma ambulância com sua equipe de socorro); e
- b. Recursos logísticos (necessários para dar suporte às operações, por exemplo: alimentação, colchões, travesseiros e cobertores, equipamentos de comunicação, etc).

É importante observar que um helicóptero sem sua tripulação ou uma ambulância sem sua equipe não são considerados como um recurso operacional.

QUANTO AO GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Gerenciamento integrado das comunicações – A capacidade de comunicação entre os diferentes atores do SCO é fundamental para o sucesso de qualquer operação. Para tal, faz-se necessário o desenvolvimento de um plano de comunicações (que diz quem conversa com quem e como) que estabelecerá diferentes redes de comunicação, de acordo com as necessidades da cada caso.

Gerenciamento integrado de informações e inteligência – O SCO recomenda que a coleta de informações relativas à situação crítica devam ser obtidas, analisadas e disseminadas de forma a favorecer uma administração eficiente e eficaz do sistema. Dependendo da natureza, complexidade e magnitude do evento, será necessário coletar e analisar diferentes informações, tais como: dados meteorológicos, características geográficas, informações populacionais, dados socioeconômicos e culturais, explicações sobre fenômenos naturais específicos, etc.

QUANTO AO PROFISSIONALISMO DOS ENVOLVIDOS

Controle de pessoal – Uma das grandes preocupações do SCO é o adequado controle do efetivo envolvido na operação. Saber exatamente quantas pessoas estão envolvidas, onde elas estão trabalhando e o que estão fazendo, representa um fator importante de segurança. Além disso, um controle adequado da disponibilidade e emprego do pessoal envolvido na operação representa uma grande vantagem administrativa, sob a ótica da eficiência e eficácia gerencial.

Controle da mobilização/desmobilização – O gerenciamento dos recursos (necessidade e alocação) deve ser realizado de forma eficiente e eficaz. A mobilização de pessoal e equipamentos deve ser gerenciada adequadamente por uma autoridade competente.

Assim, uma unidade de mobilização e desmobilização pode ser necessária nos eventos de maior repercussão (a unidade de mobilização/desmobilização é ligada ao planejamento).

Embora o SCO já tenha se consolidado como modelo padrão para a administração de desastres em vários países, ainda é possível encontrar alguma resistência ao seu emprego ou mesmo um desconhecimento de suas vantagens como ferramenta de gestão.

O simples fato de conhecer os princípios do SCO não garante seu adequado funcionamento.

É fundamental que a organização que irá servir-se do modelo utilize-o desde os primeiros minutos da situação crítica, de forma sistemática, a partir de três grandes etapas:

- a. Etapa de resposta imediata;**
- b. Etapa de elaboração do plano de ação; e**
- c. Etapa final de desmobilização.**

“A implantação do Sistema de Comando em Operações e do Comando Unificado deve iniciar assim que se percebe a sua necessidade. De forma geral, as primeiras ações no local da emergência são guiadas por procedimentos operacionais padronizados (POPs). Assim que mais informações são obtidas, os procedimentos passam a ser guiados por planos de contingências (caso eles existam, obviamente). Finalmente, quando o cenário é claramente estabelecido, planos de ação sucessivos são elaborados e implementados até a resolução da situação crítica” (Gomes Júnior, 2009, p.83).



Reunião preparatória para evento, sala de gestão de crise: Defesa Civil de Blumenau - SC, 2011.

1.2 ALERTA E ALARME PARA A COMUNIDADE

Ocorre na fase de pré-impacto, e corresponde ao intervalo de tempo entre o prenúncio do evento adverso e o desencadeamento do desastre. Sua duração varia de acordo com as características do desastre e a eficiência dos sistemas de previsão.

Uma vez que temos pouca possibilidade de modificar as características intrínsecas dos eventos adversos, o monitoramento, alerta e alarme são fundamentais para aumentar este espaço de tempo visando:

1. **reduzir o fator surpresa;**
2. **minimizar as vulnerabilidades das populações em risco;**
3. **reduzir danos e prejuízos;**
4. **otimizar as ações de resposta aos desastres.**

Na situação de alerta, ou seja, de **desastre previsível a curto prazo**, os elementos previstos no Plano de Contingência são colocados em condições de emprego imediato. Pessoal de folga pode ser acionado, carros extras de socorro podem ser ativados ou geradores serem colocados em situação de pronto emprego, dependendo da situação.

Na situação de alarme, **ou de desastre iminente**, o dispositivo de resposta evolui para uma situação de início ordenado das operações. Equipes podem se deslocar para as áreas de risco e iniciar evacuações, o fluxo de trânsito pode ser alterado ou abrigos serem ativados, de acordo com a natureza e a magnitude do evento adverso.

Pessoal de folga pode ser acionado, carros extras de socorro podem ser ativados ou geradores serem colocados em situação de pronto emprego.

Sistemas de monitoramento e alerta para desastres, em linhas gerais, são instrumentos utilizados para acompanhar a evolução de sinais perceptíveis de que há a probabilidade de acontecer eventos adversos que podem resultar em danos à comunidade.

Há uma tendência em acreditar que os sistemas de monitoramento e alerta devem ser estabelecidos a partir de sofisticados instrumentos tecnológicos que permitem informações precisas sobre situações causadoras de calamidades. Na realidade, sistemas de monitoramento e alerta devem ser a união de todas as informações disponíveis ou desenvolvidas pelos interessados ou destinatários, que vão propiciar a tomada de decisões preventivas e de preparação, com o máximo de antecedência possível.

O acompanhamento é feito tanto pela observação humana quanto através de equipamentos sofisticados ou mais simples, considerando a meteorologia, o oceano, as variações geológicas, geofísicas, geomorfológicas e geográficas, o aumento populacional, a ocupação de encostas e áreas de risco, intervenções humanas e tecnológicas, enfim, tudo o que pode gerar risco ou prever ameaças.

Cada cidade, dependendo de seu tamanho, população, quantidade e qualidade de suas áreas de risco, vai desenvolver seu sistema de monitoramento e alerta, baseado na sua possibilidade tecnológica e na criatividade para atendimento de suas necessidades.

Identificadas as suas possibilidades, o sistema municipal de defesa civil deve estabelecer junto com a população as formas de monitoramento e os meios de comunicação dos alertas, de modo a manter permanente credibilidade e principalmente o desenvolvimento de ações preventivas e de preparação, descritas no plano de contingência.

Se as cidades mais populosas, com mais recursos orçamentários, têm as maiores possibilidades tecnológicas, a grande extensão territorial ocupada e a alta concentração populacional dispersa em muitas áreas de risco podem desfavorecer uma comunicação eficiente dos alertas emitidos.

Já as cidades menores, se por um lado, pela escassez financeira não têm tanto acesso as caras tecnologias, por outro a proximidade da população com o poder público local, a geografia propícia a uma comunicação rápida e próxima e o menor número de locais de risco, favorecem e muito o sucesso da emissão e entendimento dos alertas. Sem contar que o uso de soluções criativas como o uso de sinos de igrejas, sistemas de comunicação de alto falantes disponíveis em paróquias e carros de som são muito eficientes nestas comunidades menores.

As Redes Sociais são ferramentas importantes para divulgação de alertas e instruções preventivas. Muito acessadas pelas pessoas, principalmente pela juventude que permanece por várias horas em contato, essas redes proporcionam importante elo de relacionamento entre a COMDEC e a comunidade. Com o cuidado de manter esses espaços sempre atualizados, para que não caiam em descrédito, o uso de redes sociais deve ser implementado em todas as cidades onde as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil são verdadeiramente atuantes.

O alerta é a iminência da probabilidade de desastre. A partir do mapa de risco se pode saber quais são os níveis críticos que antecedem o desastre e, a partir deles, decidir quais as formas mais eficientes de alerta. Alguns exemplos de instrumentos de alerta são: mensagens de celular, e-mail ou mídias sociais, comunicados em meio de comunicação, carros de som ou mesmo o telefone convencional. O alerta deixa todos de prontidão, as equipes relacionadas no plano de contingência e a comunidade em risco.

No momento em que a ameaça ultrapassa o nível crítico e o risco começa a se tornar um desastre é o momento do alarme. É o momento em que se coloca o plano de contingência em ação. Os métodos de alarme são os mesmos do alerta. Mas nunca se deve confiar em apenas um instrumento de alerta e alarme, pois qualquer um deles pode falhar.

A diferença entre alerta e alarme fica então estabelecida da seguinte forma: o alerta é uma condição próxima da ocorrência do desastre, a preparação; o alarme é o desastre acontecendo, já é a resposta.

O alerta é o elemento principal, a partir do qual se estabelece um sistema de monitoramento eficaz, um veículo para dinamizar a informação e fazê-la chegar a todos os locais. Uma comunidade, que conhece o risco e interpreta a informação dada pelo alerta, possui a capacidade de responder. Este último fator é fundamental. Não se pode dar o alerta se a comunidade não está preparada, pois isso apenas vai gerar desordem.

O certo é que não há como conceber uma COMDEC, por mais simples que seja, que não tenha um mapa com os riscos e ameaças da cidade, um plano de contingências e que não possua um sistema de alerta com os recursos e possibilidades disponíveis na comunidade.

1.3 INFORMAR CONSTANTEMENTE SOBRE O EVENTO

A eficácia da gestão do risco e da gestão dos desastres depende cada vez mais da participação inteligente de todos os atores envolvidos no processo. A esse respeito, torna-se indispensável promover a troca de informações e o fácil acesso aos meios de comunicação, posto que sem informação não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças e avaliar riscos, nem responder adequadamente a um desastre (UN/ISDR, 2004, p. 214).

Processos de comunicação de risco são fundamentais ao funcionamento e aperfeiçoamento de sistemas de alerta antecipados que são essenciais para salvar vidas diante de um desastre.

Na ocorrência de um desastre, a mídia é um ator da comunicação, pois parte de uma determinada cultura e possui uma motivação, além do óbvio interesse público e a obrigação social de informar. A compreensão do cenário e do meio no qual está inserida é primordial na disseminação das informações corretas.

A consultora internacional da Estratégia Internacional para Redução de Riscos de Desastres (EIRD/ONU) na Argentina, Gloria Bratschi, alerta para a diferença entre comunicar e informar:

*“Confunde-se **INFORMAÇÃO** com **COMUNICAÇÃO**. Se usam ambos os termos como sinônimos, pode-se supor que as pessoas foram ‘comunicadas’ sobre algum tema em particular, quando realmente o que possuem é a informação, dados. Na realidade, toda mensagem contém informação. Mas é comunicação somente quando, ao ser percebido, é **CORRETAMENTE COMPREENDIDO**, há retroalimentação. Assim, cada pessoa expressará essa compreensão em conduta, atitude, resposta e produtividade”.*

Hoje, o grande desafio é ter os meios de comunicação como aliados no repasse das informações sobre desastres antes mesmo de eles acontecerem, resultando na minimização dos riscos e garantindo a participação da sociedade de forma preventiva.

Planejamento e gestão devem existir nos órgãos de gerenciamento da crise, incluindo os núcleos de comunicação, tanto da parte da imprensa quanto da assessoria governamental.

A contribuição da mídia no processo de redução de risco de desastres é, comprovadamente, essencial. Da mesma forma, a participação da imprensa durante e após a ocorrência de uma tragédia torna-se primordial na emissão de alertas, recomendações e repasse de informações.

Por meio da informação, a população é capaz de formar uma opinião e, a partir daí, partir para a ação. Villalobos garante que *“os jornalistas têm participação fundamental na gestão dos riscos, pois possuem credibilidade das pessoas e são capazes de interpretar e facilitar a compreensão dos fatos transformados em notícias”*. Ela garante que a mídia pode contribuir na prevenção de riscos, mesmo que não seja um tema tão atrativo, como a resposta ao desastre.

Os veículos de comunicação podem atuar nos níveis municipal, regional, estadual, nacional ou internacional. Cada veículo de comunicação possui um perfil e estilo próprios de contato com o público, dividindo as notícias, basicamente, em dois tipos: hardnews e softnews. A primeira refere-se à notícia “no minuto” e aos eventos que são reportados imediatamente. Softnews possuem informação de segundo plano ou histórias de interesse mais social, com personagens reais.

É importante reconhecer as diferenças dentro da mídia (imprensa x televisiva, rádio x televisão, nacional x internacional) e considerar suas características distintas, seus potenciais e necessidades (CATE, 1994).

Para compreendermos este trabalho da imprensa, devemos respeitar a característica noticiosa e a linha editorial de cada meio, a exemplo do rádio, da televisão, do jornal impresso e dos portais de notícias, e mais recentemente as mídias sociais.

Os jornalistas têm participação fundamental na gestão dos riscos, pois possuem credibilidade das pessoas e são capazes de interpretar e facilitar a compreensão dos fatos transformados em notícias”.

Entretanto, a cobertura de desastres e de riscos tem pecado pelo fato de não incorporar um planejamento adequado, pela ausência prévia de informações qualificadas sobre as suas causas e consequências, e pelo sensacionalismo que costuma caracterizar a mídia em momentos de crise.

O planejamento para a cobertura de um desastre implica, obrigatoriamente, em resposta às seguintes questões:

- 1. o que realmente aconteceu?**
- 2. como aconteceu?**
- 3. por que aconteceu?**
- 4. quais são os públicos atingidos e em que proporção?**
- 5. quais as saídas para superar o problema?**

A superficialidade evidenciada pela mídia na resposta a estas questões acaba contribuindo para que a cobertura de desastres e riscos incorpore uma série de lacunas e vulnerabilidades, de que resultam, obrigatoriamente, informações equivocadas, conceitos imprecisos, utilização de fontes sem credibilidade e, sobretudo, o que deveria ser evitado a todo custo: uma comunicação difusa com os públicos envolvidos e com a opinião pública de maneira geral. Pouco ou mal-informada, a população toma medidas inadequadas e coloca em risco a sua saúde e, em casos dramáticos, a própria vida.

Assim sendo, o planejamento para a cobertura de riscos e desastres deve, obrigatoriamente, incluir a identificação de fontes investidas de legitimidade técnico-científica e político-social, de modo a evitar que a utilização de porta-vozes não credenciados tumultue o processo de comunicação e de esclarecimento. Quando a imprensa lança mão de fontes não confiáveis e amplifica as suas falas, cria não apenas embaraços para o entendimento correto do fato ou tema e de suas soluções por parte do público, mas pode desencadear resistência à atuação das pessoas legitimamente constituídas para encaminhar a superação da crise.

Interesses comerciais e políticos podem sobrepor-se ao interesse público e que, se não identificados previamente, poderão conduzir a cobertura para o terreno perigoso da manipulação.

No caso específico das epidemias ou de situações de riscos associadas à saúde, não se pode ignorar a relação estreita entre a reação das pessoas atingidas e a sua percepção geral sobre a saúde. Isso significa que culturas específicas determinam formas de conduta, ou seja, concebem de maneira muito particular as noções de saúde e doença.

Nas culturas ocidentais, na latina em especial, há uma interferência significativa do olhar religioso e místico, sobre as razões pelas quais adoecemos e inclusive sobre as alternativas para vencer as doenças. Esse fato tem impedido muitas vezes que ações adequadas, sugeridas pelos especialistas e indicadas pelas autoridades competentes, possam ser implementadas de imediato ou a qualquer tempo.

O brasileiro, em particular o que se insere nos segmentos menos favorecidos, acredita em soluções mágicas, em curas milagrosas, e costuma dar ouvido ou atenção a pessoas mal-intencionadas ou que não estão capacitadas para propor soluções adequadas. Em momentos de crise, ele se torna vulnerável ao charlatanismo que ganha corpo também pela falta de vigilância da mídia que, descuidada, repercute suas propostas danosas à saúde da população.

A elaboração de mensagens ou conteúdos como estratégia para informar as pessoas em emergências provocadas por desastres ou riscos deve prever as diferenças reais entre públicos que têm níveis sociolinguísticos, econômicos ou instrucionais distintos, de tal modo que será necessário adaptá-los a esta pluralidade de conhecimentos ou de acesso às informações.

Para segmentos da população mais esclarecidos ou de maior poder aquisitivo, o uso das novas tecnologias, em particular a Web, pode ser fundamental, visto que, particularmente, os mais jovens têm estreita relação com a internet. As próprias redes sociais potencializadas pela Web (Twitter, Orkut, etc.) e espaços de disseminação de conteúdos ou materiais, como o YouTube, são alternativas viáveis e que podem ser eficazes no processo de esclarecimento ou mobilização. A utilização da mídia tradicional não impressa, como a TV aberta e o rádio, pode ser fundamental para acelerar a disseminação de informações relevantes junto a públicos que exibem baixa escolaridade.

As estratégias a serem definidas para a cobertura de desastres e riscos não podem descartar a existência dessa complexidade e precisam ser desenhadas para dar conta de demandas e expectativas múltiplas, sob pena de excluir parcelas importantes das populações atingidas.

ANTES DO DESASTRE

Todo o trabalho de comunicação que antecede a ocorrência de um desastre é considerado estratégico, uma vez que permite o repasse de informações com foco na minimização dos riscos. A imprensa, nesta fase, será pautada nas questões relativas à prevenção e à preparação de desastres. O principal desafio é criar a consciência e a promoção de uma cultura de prevenção. Atualmente, os veículos dedicam muito mais espaço à divulgação das tragédias do que às possibilidades de evitá-las ou de lidar com elas.

O primeiro passo é assumir a responsabilidade da mídia e o compromisso efetivo com a redução dos riscos de desastres. A partir disso, é preciso que o assunto seja discutido e abordado, respeitando as características de cada meio de comunicação, bem como as vulnerabilidades sociais. Fazer chegar a informação de maneira correta e apropriada é uma tarefa difícil, que em situações de crise merece atenção redobrada para que as mensagens não gerem novos fatores de risco.

A responsável pelo setor de comunicação da Estratégia Internacional para Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU), no Panamá, Margarita Villalobos, cita e diferencia os aspectos importantes da imprensa escrita, do rádio, da televisão, da internet e de outras formas de comunicação para o trabalho a ser realizado na prevenção de desastres, da seguinte maneira:

Imprensa escrita – é possível detalhar e aprofundar muito mais o tratamento do tema. A palavra escrita tem vida útil mais longa, embora tenha um valor documental permanente. O tratamento da informação preventiva poderá proporcionar mensagens que influenciam o comportamento das pessoas.

Rádio – este meio de comunicação é ouvido por milhões de pessoas, comunica-se com um público heterogêneo composto pelos diversos degraus socioculturais da comunidade, de forma simultânea e instantânea. Mensagens preventivas podem ser transmitidas por meio de entrevistas, comentários, crônicas e informes especiais. Falar por meio do rádio significa explicar, contar, dialogar com o receptor. Por isso, este tipo de comunicação deve ser coloquial.

Televisão – é importante considerar a simultaneidade, instantaneidade e atualidade de informações transmitidas por esta mídia. Para que a comunicação preventiva televisionada tenha êxito, deve-se gerenciar corretamente os três códigos fundamentais da mensagem mediatizada: o icônico, o sonoro e o linguístico. A televisão, além da mensagem falada, transmite imagens, que contextualizam o telespectador e possibilitam uma leitura mais completa dos fatos.

Internet – as vantagens desta mídia estão na capacidade de oferecer aos usuários exatamente a informação que necessitam, organizada de acordo com seus requerimentos, podendo ser de forma simultânea. Porém, apesar de ser uma mídia em expansão, ainda é restrita ao número de usuários.

Outros canais alternativos – por meio de feiras, atividades, redes de comunicadores, empresas privadas, entre outros.

A partir destas informações podemos destacar que a imprensa antes do desastre precisa:

1. Conhecer as vulnerabilidades sociais, discutir e mostrar os riscos e contribuir com sua minimização, por meio do repasse de informações confiáveis, sobre o tema, para a população.
2. Ampliar a divulgação de temas que contribuam com o processo de redução de risco e que despertem o interesse social sobre o assunto.
3. Fiscalizar o trabalho das instituições responsáveis pelo gerenciamento de desastres.
4. Conhecer e organizar fontes para subsidiar a produção de informações relativas aos desastres, em suas diferentes fases.
5. Promover a discussão sobre o tema entre os comunicadores.
6. Profissionalizar jornalistas para atuar em situações de emergência.

DURANTE O DESASTRE

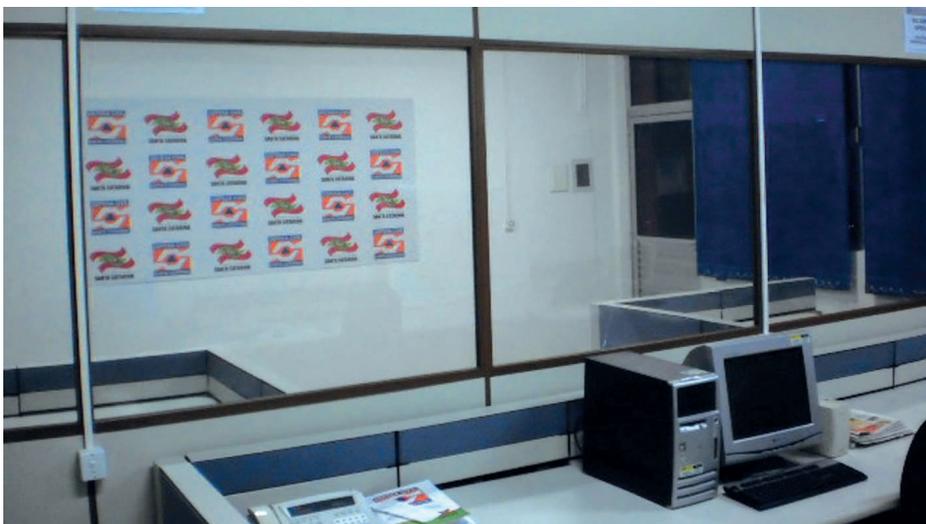
Nesta fase, as instituições responsáveis pelo gerenciamento do desastre trabalham com foco nas atividades de resposta ao evento adverso, ou seja, no socorro, assistência às vítimas e reabilitação de cenários.

Todas as informações **precisam ser avaliadas antes de serem divulgadas**. Cada palavra, dado, imagem, etc, quando repassados à população, criarão reações e influenciarão o comportamento das pessoas.

Uma informação incompleta ou divulgada em um momento impróprio pode provocar pânico desnecessário na população.

Durante o desastre, portanto, a imprensa precisa:

1. Divulgar as informações de forma responsável, priorizando sempre o bem-estar e a segurança da população.
2. Respeitar as determinações das equipes que atuam no gerenciamento do desastre e contribuir com elas.
3. Corrigir rumores falsos sobre a situação.
4. Apurar e levar informações até a população que ajudem a minimizar os danos e prejuízos.
5. Repassar orientações corretas e de interesse público, com agilidade.
6. Consultar fontes que enriqueçam e acrescentem outros dados às informações disponíveis.
7. Avaliar as informações antes da divulgação.
8. Agir de forma responsável e comprometida com a redução dos riscos.



“Ambiente reservado e planejado para atendimento da imprensa”.

DEPOIS DO DESASTRE

Após a fase crítica do desastre, quando os riscos diminuem e a população está em segurança, inicia-se o período chamado de pós-desastre.

Neste momento, apesar dos riscos não serem mais iminentes, surgem novas problemáticas. O desastre provoca danos sociais e econômicos que podem durar semanas, meses e até anos, dependendo de sua magnitude. Problemas estruturais, como quedas de pontes, danificação de rodovias, falhas nos serviços públicos essenciais, perda de produções, desemprego, medo na população, interferências no convívio social das pessoas, entre tantos outros, fazem parte da realidade das comunidades que já passaram por uma situação de emergência.

Nesta fase pós-desastre, a comunicação continuará tendo papel fundamental, agora no processo de reabilitação dos cenários, contribuindo com o restabelecimento da normalidade.

Caberá à imprensa a transmissão de informações para a sociedade sobre os danos e prejuízos ainda existentes e ações para a reabilitação. O evento adverso e suas consequências não podem ser esquecidos.

As atividades da comunicação social pós-desastre devem ser avaliadas e os erros corrigidos, contribuindo para que a percepção de novos riscos melhore nas comunidades.

Depois do desastre, a imprensa pode:

1. Contribuir para que o assunto não caia no esquecimento.
2. Fomentar a divulgação de informações para evitar que novas tragédias aconteçam.
3. Acompanhar o restabelecimento da normalidade junto às comunidades e divulgar informações que favoreçam a retomada do cotidiano das vítimas.
4. Participar da avaliação dos danos e prejuízos.
5. Informar sobre as mudanças que o desastre provocou e colaborar com o processo de reconstrução.

1.4 ACOLHER E SOCORRER A POPULAÇÃO VULNERÁVEL

As normas mínimas em matéria de abrigo e planejamento dos locais de alojamento da população são uma expressão prática dos princípios e direitos enunciados na Carta Humanitária, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A carta se concentra nos requisitos fundamentais para manter a vida e a dignidade das pessoas afetadas por catástrofes ou conflitos, segundo o consignado no conjunto do direito internacional relativo aos direitos humanos, no direito humanitário internacional e no direito relativo aos refugiados.

É sobre estes preceitos que as organizações humanitárias oferecem os seus serviços, comprometendo-se a atuar de acordo com os princípios de humanidade, neutralidade e imparcialidade, dentre outros definidos no Código de Conduta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e das Organizações Não Governamentais (ONGs) de Assistência Humanitária em situações de desastre. A Carta Humanitária reafirma a importância fundamental de três princípios-chaves:

- a. O direito à vida com dignidade;
- b. A distinção entre combatentes e não combatentes;
- c. O princípio da não repulsão.

As normas mínimas dividem-se em duas grandes categorias:

1. As relacionadas diretamente com os direitos das pessoas;
2. As relacionadas com a atuação das organizações que contribuem para que as pessoas usufruam desses direitos.

A IMPORTÂNCIA DOS ABRIGOS E DO PLANEJAMENTO DOS LOCAIS DE ALOJAMENTO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Juntamente com o abastecimento de água, o saneamento, a nutrição e os cuidados médicos, o abrigo é um fator decisivo para a sobrevivência na fase inicial de uma situação de emergência. Faz-se necessário para aumentar a resistência às doenças e proporcionar proteção contra as condições ambientais, assim como para manter a dignidade humana e sustentar, tanto quanto possível, a vida da família e da comunidade em circunstâncias difíceis.

O objetivo das intervenções referentes aos abrigos e à seleção e planejamento de locais de alojamento é satisfazer as necessidades físicas e sociais elementares das pessoas, das famílias e das comunidades, de modo a disporem de um espaço protegido, seguro e confortável para viver, incluindo no processo, tanto quanto possível, a autossuficiência e a autogestão.

As intervenções devem ser concebidas e realizadas de modo a que sejam reduzidos ao mínimo todos os efeitos negativos na comunidade acolhedora ou no meio ambiente. Três tipos de situações possíveis indicam as necessidades básicas das pessoas diretamente afetadas por um desastre no que toca a abrigo. Estes tipos de situação são determinados pelo tipo de desastre, o número de pessoas envolvidas, o contexto político e a capacidade da comunidade para enfrentar a situação.



Preparação para Desastres: Simulação de abrigamento de emergência na cidade de Itajaí.

A. AS PESSOAS PERMANECEM NAS SUAS CASAS

Nem sempre acontece que, em caso de desastre, as pessoas se desloquem das suas casas. Os membros de comunidades diretamente afetadas por um desastre natural quase sempre preferem permanecer nas suas casas ou nas proximidades, se isso for possível. Mesmo que as casas tenham sido destruídas ou danificadas, a assistência às pessoas “onde elas se encontram” é muito mais sustentável e ajuda a restabelecer a normalidade mais rapidamente do que a assistência que as obriga a afastar-se em busca de um refúgio temporário. A ajuda canalizada para o local onde as pessoas vivem e se conhecem entre si ajuda-as a manter as estruturas sociais e permite que continuem a viver o mais normalmente possível.

B. AS PESSOAS DESLOCAM-SE E INSTALAM-SE EM COMUNIDADES ACOLHEDORAS OU ANFITRIÃS

Durante um conflito armado, e após certos desastres naturais como grandes inundações, comunidades inteiras podem ver-se obrigadas a abandonar os seus lares e a sua zona de residência. Nessas situações, as pessoas deslocadas podem permanecer na comunidade anfitriã local, com outros parentes ou outras pessoas com quem partilham laços históricos, religiosos ou de outro tipo. A assistência nestas situações inclui ter em conta os direitos e as necessidades da população afetada, bem como daqueles que sejam indiretamente afetados pela situação de desastre.

C. AS PESSOAS DESLOCAM-SE E VIVEM EM GRUPOS (ABRIGOS EMERGENCIAIS)

As povoações temporárias para refugiados ou populações deslocadas são necessárias quando, dadas as circunstâncias do desastre natural, as pessoas têm de abandonar os seus lares e a sua região e instalar-se noutros locais. Nestes casos, as populações deslocadas vivem em grupos, por períodos de tempo indeterminados. A assistência exige que se dê resposta às necessidades tanto das pessoas instaladas em povoações espontâneas, como em locais de **alojamento selecionados (abrigos emergenciais)**.

Importante: a experiência e a bibliografia produzida internacionalmente a respeito, sugere a que a participação das mulheres nos programas de abrigo e planejamento de locais de alojamento pode contribuir para que elas próprias e todos os membros da população afetada tenham acesso equitativo e seguro aos abrigos, à roupa, aos materiais de construção, ao equipamento de produção de alimentos e a outros viveres essenciais. As mulheres devem ser consultadas sobre uma série de assuntos, como segurança e privacidade, fontes e meios de combustível para cozinhar, e ainda sobre a maneira de obter um acesso equitativo aos abrigos e às pessoas. Será necessária uma atenção especial para evitar e dar resposta a situações envolvendo violência baseada no gênero e exploração sexual. Por exemplo, o melhoramento do sistema de iluminação e das patrulhas de segurança pode ajudar a que a povoação construída de forma emergencial seja segura e acessível para toda a população, mas particularmente para os grupos que correm mais riscos de sofrer atos de violência. Por isso é importante fomentar a participação das mulheres na concepção e implementação dos programas de abrigo e planejamento de locais de alojamento sempre que isso seja possível.

Alguns dos maiores desafios do gestor de desastre são preparar, ativar, manter e desmobilizar abrigos emergenciais, e por esse motivo, traremos dados relativos a administração desses lugares.

GERENCIAMENTO DE ABRIGOS

Para melhor entender o funcionamento dos abrigos temporários é importante conhecer algumas definições:

Abrigo: é o local ou a instalação que proporciona hospedagem a pessoas necessitadas.

Abrigo temporário: organizado em uma instalação adaptada para esta finalidade, por um período determinado e/ou específico.

Afetado – qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por um desastre.

Desalojado – pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave decorrente do desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo Sistema. Ex.: casa de parentes, amigos, etc.

Desabrigado – pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema. Ex.: não tem para onde ir.

CLASSIFICAÇÃO DE ABRIGOS:

- a. Permanentes;
- b. Temporários.

- Fixo: edificações públicas e/ou privadas, adaptados para habitação temporária. Ex.: Ginásios, salões de festas, etc;

- Móvel: constituído por barracas de campanha, trailers, contêineres modificados, instalados em áreas destinadas emergencialmente como local de abrigo. Ex.: campos de futebol, pátio de estacionamento, etc.

REQUISITOS PARA INSTALAÇÃO

Deve se levar em consideração:

- a. Estrutura adequada, habitável, segura, privada e protegida de riscos variados;
- b. Meio de transição entre a situação emergencial e a acomodação em residências a médio e longo prazo;
- c. Adaptada à cultura local, ao clima e as características da região, com acesso aos serviços básicos e atendida pelo esforço intergrado dos diferentes órgãos governamentais e não governamentais.

Quando organizar

1. Nos períodos de Normalidade;
2. Nos períodos de Anormalidade.

QUEM DEVE GERENCIAR UM ABRIGO OFICIAL DO MUNICÍPIO

De acordo com a Lei nº 12.435, de 2011, na Tipificação de Serviços (Assistência Social): o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências integra a Proteção Especial de Alta Complexidade e este serviço se dá através de oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme a necessidade detectada.

Art. 22. - entende-se por benefício eventual as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

INSTALAÇÃO DO ABRIGO

Deve-se anteriormente à instalação realizar a vistoria e inventário preliminares das condições do espaço físico;

1. Identificar o tipo e as características da edificação
2. Verificar a Infraestrutura
3. Proceder a delimitação do espaço físico
4. Estabelecer medidas de segurança
5. Verificar a capacidade de acolhimento
6. Estabelecer Indicadores mínimos

Para o estabelecimento do abrigo, é importante que as atribuições sejam bem divididas e organizadas. Neste sentido, há necessidade de estabelecer as atividades por equipe, quais sejam:

1. Gestor do Abrigo

a. Características relevantes:

- Conhecer a realidade da comunidade com a qual irá atuar;
- Ser organizado e pragmático;
- Ter liderança (centralização x delegação de funções);
- Ter capacidade de mediar conflitos (escuta, tolerância, firmeza).

b. Atribuições:

- Planejar ações a serem desenvolvidas no abrigo;
- Organizar e coordenar as equipes;
- Estabelecer articulação com órgãos do governo, instituições e imprensa;
- Estar atualizado sobre todas as informações referentes ao abrigo;
- Tomar medidas para o retorno das famílias às suas vidas cotidianas.

2. Equipe de Operações

a. Atribuições:

- Instalação do abrigo;
- Recepção dos desabrigados;
- Acautelamento de bens e animais de estimação;
- Triagem de saúde;
- Triagem social;
- Atenção psicossocial e de saúde integrais e continuados.

3. Equipe de Planejamento

a. Atribuições (responsável em planejar as atividades do abrigo a cada 7 dias):

- Atualização diária da lista de abrigados;
- Definir medidas para diminuir o tempo de abrigamento;
- Elaboração da rotina do abrigo;
- Confecção de relatório;
- Arquivamento e guarda de documentos.

4. Equipe de Logística

a. Atribuições (responsável em disponibilizar os recursos materiais):

- Acomodação das famílias;
- Entrega de Kits;
- Requisição e recebimento de materiais;
- Confeção e distribuição de alimentos;
- Controle de entrada e saída de materiais e produtos.

5. Equipe de Finanças

a. Atribuições (responsável por administrar os recursos financeiros, podendo ser feito pela gestão de uma secretaria municipal):

- Administrar recursos financeiros disponíveis, inclusive doações.

INDICADORES DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Atendendo ao conceito de Assistência Humanitária, o ideal é fazer a gestão dos abrigos seguindo os indicadores mínimos estabelecidos pelo Projeto Esfera (www.sphereproject.org), o qual estabelece um conjunto de princípios e normas comuns ou universais mínimos e aplicáveis a todos os setores básicos da resposta humanitária: água, abrigo, alimentação e saúde.

QUANTO AO ACIONAMENTO

Primeiro contato, ainda na fase de alerta, com a equipe de gerenciamento do abrigo, para informá-la da possível necessidade de mobilizar os recursos destinados para o mesmo e proceder a verificação do local que será utilizado.

MOBILIZAÇÃO

Conjunto de medidas, na fase de alarme, que visa reunir e concentrar, de forma ordenada, os recursos institucionais, humanos, econômicos e materiais para instalação do abrigo temporário.

Recursos Humanos / Recepção

Pessoas responsáveis por:

- controle da entrada e saída de pessoas do abrigo;
- cadastro;
- acautelamento de bens;
- disposição dos animais;
- almoxarifado.

Vigilância / Segurança

Acautelamento de bens, disposição de animais e vigilância no abrigo.

Guarda municipal;
Policiais militares;
Voluntários.

Atenção psicossocial

Assistentes sociais;
Psicólogos;
Agentes psicossociais.

Saúde

Médicos;
Enfermeiros;
Dentistas;
Nutricionistas.

Algumas atribuições são importantes e devem ser observadas para o estabelecimento e funcionamento do abrigo:

Recepção dos desabrigados

Primeira atividade a ser desenvolvida no abrigo.

- É o momento no qual são realizados:
 - Disposição dos animais;
 - Acautelamento dos bens;
 - Disponibilidade de kits familiares (almoxarifado);
 - Disposição das famílias.

Disposição dos animais

- A anotação deve ser feita na lista de cadastro do respectivo dono (campo para observações);
- Deve-se estabelecer local apropriado para a guarda de animais;
- Cabe à gerência do abrigo prover os alimentos;
- Cabe aos donos dos animais cuidar destes.

Cadastro dos desabrigados

Tem por objetivo informar o número total e direcionar o trabalho no abrigo.

- Deve, preferencialmente, ser realizado:
 - Em um único momento;
 - No local do desastre ou na entrada do abrigo;
 - Em um espaço delimitado.

Acautelamento dos bens

Em local seguro, sob a responsabilidade de uma pessoa designada pela gerência do abrigo.

Preenchimento de formulário apropriado em 3 vias;

Prazo para devolução dos bens – até a saída do desabrigado;

Disposição das Famílias

O alojamento deve ser organizado por família.

- Situações traumáticas - perda de referências, desamparo;
- Fundamental não romper a coesão familiar;
- Sensação de acomodação: conforto X prostração;
- Acolhimento -> movimento.

Almoxarifado

Espaço destinado à distribuição dos materiais de uso diário.

- Local específico;
- Horário de funcionamento;
- Pessoal responsável;
- Ficha de controle de entrada e saída.

Kit a ser disponibilizado por família:

- uma escova de dentes por pessoa
- uma pasta de dente por família
- um sabonete por família
- um sabão para lavar roupa por família

Dica: materiais com pouca durabilidade devem ser repostos conforme a necessidade.

- **Materiais descartáveis, como fraldas, absorventes e lâminas de barbear devem ser disponibilizados conforme a solicitação.**

Triagem de Saúde - Identificar agravos na população afetada para elaborar ações preventivas

Implica em estabelecer: Medidas de atenção à saúde, Visitas periódicas para o atendimento aos desabrigados, Vigilância epidemiológica para doenças infecciosas (controle de surtos).

Procura: Viabilizar a resolução de problemas como:

- Remoção dos desabrigados;
- Avaliação e tratamento;
- Encaminhamento de casos suspeitos de doenças infecto-contagiosas e de doenças crônicas para acompanhamento.

Triagem Social

É a entrevista familiar direcionada para o responsável que melhor conheça as informações sobre os integrantes da família.

Objetivo:

- Acolher os desabrigados;
- Coletar dados para a análise da situação familiar;
- Realizar encaminhamentos necessários;
- Viabilizar o retorno às suas vidas cotidianas;
- Iniciar as orientações gerais quanto ao funcionamento do abrigo.

A triagem social deve ser realizada:

- Após o acolhimento e a disposição das famílias;
- Por agentes capacitados ou profissionais qualificados.

Implica em fazer:

- Categorização dos desabrigados;
- Articulação com outros órgãos;
- Informação sobre a temporalidade.

AS FAMÍLIAS PODEM SER CATEGORIZADAS COMO:

1. Aquelas cuja residência não apresenta danos que impossibilitem o retorno em curto prazo.
2. Aquelas cuja residência apresenta danos ou está sob risco, mas possuem redes de solidariedade que as apoiem.
3. Aquelas cuja residência está danificada ou destruída (sem chance de retorno em curto prazo) e não possuem rede de solidariedade.

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Visa:

- À facilitação da identificação de problemas;
- Ao acolhimento do sujeito;
- À implicação da comunidade no processo de elaboração das perdas e de reconstrução da vida;
- À identificação das reações comuns aos desabrigados após a experiência de uma situação traumática.

Deve levar em consideração: Gravidade das reações; Características do evento; Perdas ocorridas; Personalidade do sujeito; Suporte oferecido.

Para a convivência harmoniosa entre as pessoas, as regras devem ser:

- Pré-formuladas, mas negociadas;
- Adequadas ao contexto sociocultural;
- Claras;
- Válidas para todos;
- Afixadas em locais de fácil visibilidade;
- Baseadas nos direitos dos desabrigados.

Sugestões para organização e funcionamento do abrigo:

- Estabelecimento de horários;
- Circulação de informações;
- Atualização da lista de cadastrados;
- Regulação do trânsito de pessoas;
- Atividades de manutenção;
- Assistência religiosa;
- Espaço recreativo;
- Alimentação.

COMUNICAÇÃO

A circulação de informações é muito importante para o bom funcionamento do abrigo. Deve-se levar em consideração:

- Troca de informações entre a equipe de gerenciamento e os desabrigados.
- Importância de pessoas capacitadas para repassar as informações.
- O repasse das informações pode ser realizado:
 - Em grupo;
 - Individualmente;
 - Por escrito.

ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE CADASTRADOS

Lista gerada após o cadastro que tem por objetivo controlar o quantitativo de desabrigados e os recursos disponibilizados.

- Deve ser atualizada constantemente por um responsável.
- Possíveis atualizações:
 - Hospitalização do desabrigado;
 - Falecimento do desabrigado;
 - Saída definitiva do abrigo;
 - Condição de desalojado.

A cada atualização, a lista deve ser distribuída aos diversos setores:

- Administração;
- Recepção;
- Refeitório;
- Almojarifado.

REGULAÇÃO DO TRÂNSITO DE PESSOAS

Recomenda-se:

- A definição de um único local de entrada e saída.
- Disponibilizar uma pessoa responsável neste local.
- A entrada e a saída dos desabrigados serão livres, desde que respeitadas as regras.
- Que a entrada de pessoas que não estejam abrigadas deve ser evitada.
- Todas as pessoas que trabalham no abrigo devem ser identificadas por crachás ou uniformes.

Assistência Religiosa

- Pode servir como fonte de reestruturação emocional.
- Pode ser realizada desde que solicitada e previamente autorizada pela gerência do abrigo.
- Deve-se destinar local apropriado para tais manifestações.

Espaço Recreativo

É um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a diferentes tipos de atividades lúdicas.

- Tem por objetivo tornar a permanência da criança menos traumatizante.

FASE DA DESMOBILIZAÇÃO DO ABRIGO

É um conjunto de atividades empreendidas pela gerência do abrigo, com vistas à retomada da rotina do local utilizado para instalação do abrigo temporário, uma vez completadas as medidas de retorno e relocação das famílias na comunidade.

O encerramento das atividades no abrigo está diretamente vinculado:

- À determinação da desativação pelas autoridades responsáveis;
- À possibilidade de retorno das famílias às suas vidas cotidianas;
- À ações da equipe de gerenciamento que possibilitem um processo de finalização organizado.

Para tanto é preciso:

- Propiciar o retorno ao local de moradia;
- Facilitar o acolhimento das famílias em residências de familiares, amigos, entre outras redes de solidariedade;
- Encaminhar as famílias a abrigos permanentes ou a residências disponibilizadas pelo poder público;
- Vistoriar instalações;
- Executar a limpeza das instalações;
- Entregar as instalações do abrigo às autoridades competentes;
- Realizar a reunião de encerramento;
- Preparar a entrega do relatório final ao Coordenador de Defesa Civil e às autoridades competentes.

EIXO 2

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E LOGÍSTICA DE DESASTRE

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E LOGÍSTICA DE DESASTRE



↳ Distribuição de Kits para enfrentamento da Estiagem: Oeste de SC em 2012.

Nesse momento encerramos o eixo de socorro, passaremos principalmente para a LOGÍSTICA do desastre, quais as ações necessárias para manter todo o planejamento e estrutura das ações pós-impacto. A exemplo da manutenção de abrigos e as aquisições emergenciais.

2.1 LOGÍSTICA

Logística é um ramo da gestão das atividades humanas, cuja missão está voltada para o planejamento da armazenagem, circulação (terra, ar e mar) e distribuição de todo tipo de produto.

Porém, as alterações climáticas experimentadas pelo homem nos tempos modernos indicam que o mundo está em constante transformação, onde os desastres naturais serão cada vez mais frequentes, intensos e mortais; seja pela falta de planejamentos urbanos, ou pela própria magnitude da ameaça natural.

Diante deste cenário, o homem está cada vez mais ciente da necessidade de estruturação de ações de resposta a essas situações críticas. Logicamente os atos que visam à redução do risco de desastres iniciam-se ainda no universo pré-impacto e se prolongam no transcorrer da ocorrência do evento adverso e nas atividades pós-desastre.

Entretanto, as ações de resposta retratam a fragilidade do ser humano diante da força da natureza, e ressaltam a necessidade cada vez maior de proteção da população frente a essas adversidades.

Por esse motivo, foram criados diversos mecanismos de atuação para a gestão dessas situações críticas, desde a ferramenta para a sua administração, conhecida como Sistema de Comando em Operações, até a adoção da experiência desenvolvida pelo segmento empresarial na área de logística e cadeia de suprimentos, aplicando-a em ações no campo de auxílio humanitário, com o atendimento das pessoas vulneráveis afetadas por desastres – a partir desse momento, surge então a *logística humanitária*.

OBJETIVOS

Um dos objetivos mais importantes da logística é conseguir criar mecanismos para entregar os produtos ao destino final no tempo mais curto possível, reduzindo os custos da entrega.

Para isso, os especialistas em logística estudam rotas de circulação, meios de transporte, locais de armazenagem (depósitos) entre outros fatores que influenciam nos custos e no tempo resposta.

Para a Secretaria de Estado da Defesa Civil, a logística tem por objetivo disponibilizar para as cidades afetadas por situações de emergência ou em estado de calamidade pública, os itens de assistência humanitária, no menor espaço de tempo possível, com qualidade de produtos, lembrando sempre da necessidade legal de se respeitar o regramento das aquisições, instituídas pela lei 8.666/93.

A Logística Humanitária

Segundo BEAMON (2004), a logística humanitária é a função que visa o fluxo de pessoas e materiais de forma adequada e em tempo oportuno na cadeia de assistência, com o objetivo principal de atender de maneira correta o maior número de pessoas vítimas de desastres.

De acordo com o entendimento formado pela Federação Internacional da Cruz Vermelha (2007) apud MEIRIN (2007), logística humanitária são processos e sistemas envolvidos na mobilização de pessoas, recursos e conhecimento para ajudar comunidades vulneráveis, afetadas por desastres naturais ou emergências complexas. Ela busca a pronta resposta, visando atender o maior número de pessoas, evitar falta e desperdício, organizar as diversas doações que são recebidas nestes casos e, principalmente, atuar dentro de um orçamento limitado.

Para Fabiano de Souza e Laureano Junior (2012), ao analisar os conceitos supramencionados, podemos concluir que logística humanitária ou cadeia de suprimentos humanitária é a forma de se trabalhar os conceitos empresariais de logística, substituindo seu objetivo primordial de obtenção de lucro, por uma causa mais humana, que busque minimizar o sofrimento alheio provocado por situações adversas de pessoas que habitam lugares vulneráveis.

Em resumo, a logística humanitária envolve processos e sistemas capazes de mobilizar habilidades, conhecimentos, especialidades, recursos materiais e humanos com a finalidade de auxiliar as pessoas afetadas por desastres ou que vivem em áreas de conflitos. Destina-se ao uso efetivo dos conceitos de logística empresarial às causas de auxílio humanitário, tendo por intuito levar às áreas afetadas uma maior quantidade de itens de assistência, num curto e adequado espaço de tempo.

O conceito de logística humanitária, portanto, está diretamente relacionado com a necessidade de se prover, com itens de subsistência e necessidades primárias, no menor tempo possível, o abastecimento de uma determinada localidade atingida por desastre, utilizando-se de forma eficiente e eficaz os meios disponíveis para tal operação.

2.2 DEMANDAS DE LOGÍSTICA

Para atender aos municípios atingidos por eventos adversos, a Secretaria de Estado da Defesa Civil, através de sua Gerência de Logística, faz o levantamento das necessidades, com base nas informações enviadas pelas solicitações das Prefeituras Municipais.

Após análise de informações e identificação de demandas, os pedidos se transformam em solicitações da Gerência de Logística.

Importante observar que o atendimento do pedido municipal se dará através do fornecimento direto de bens, produtos ou serviços. Esses itens serão adquiridos por sistema de Registro de Preço ou processo de Dispensa de Licitação (nesse caso em específico, o município terá decretado situação anormal e essa situação deverá obrigatoriamente ser **homologada** pelo Estado).



2.3 PADRÃO DE ORÇAMENTOS

Uma vez gerada a demanda pelo município atingido pelo desastre, a Gerência de Logística irá providenciar a aquisição dos itens de assistência necessários para a comunidade, conforme solicitado e avaliado.

No caso de itens catalogados pelo sistema e Registro de Preço, o pedido será realizado repassando ao fornecedor o nome da cidade atingida, tipo e material e quantidade. Bem como serão informados a rota mais segura e o modal preferencial, restando à empresa informar prazo de entrega. O prazo é fundamental, pois a Gerência de Logística irá manter o monitoramento da ação e informar aos solicitantes.

No caso de itens diversos dos Kits de assistências mantidos pela SDC, o processo de Dispensa de Licitação será iniciado, para aquisição e entrega de material.

Importante observar que, esse segundo procedimento acaba sendo mais moroso, devido à necessidade jurídica de seguir obrigatoriamente ritos legais, prazos e publicações.

2.4 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA AQUISIÇÃO

Ao receber os orçamentos a Gerência de Logística irá analisar se os itens solicitados estão contemplados, e ainda solicitar da empresa vencedora documentos atualizados que comprovem sua regularidade fiscal, conforme prevê a Lei Federal nº 8.666/93.

Os documentos exigidos são os que seguem:

- **Certidão Negativa de Débito Federal;**
- **Certidão Negativa de Débito Estadual;**
- **Certidão Negativa de Débito Municipal;**
- **Certidão Negativa de Débito Trabalhista;**
- **Certidão Negativa de Débito com a Previdência Social;**
- **Certificado de Regularidade com o FGTS;**
- **Contrato Social;**
- **Declaração de Menor.**

2.5 ADQUIRINDO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Após aferir toda a documentação da empresa que apresentou a proposta de menor preço, encaminha-se à Gerência de Licitações e Compras para confecção da dispensa de licitação.

Confeccionada e aprovada pelo Jurídico, a Dispensa de Licitação é assinada pelo Secretário de Estado da Defesa Civil, para assim ser publicada em Diário Oficial do Estado e empenhada pelo setor financeiro.

Após estes trâmites, comunica-se à empresa vencedora para entregar o produto no local previsto, bem como ao Coordenador Regional de Defesa Civil. Então o Coordenador Regional de Defesa Civil recebe, confere o produto e faz a distribuição, colhendo informação de cada cidadão que recebe o kit, conforme modelo abaixo:

FICHA DE CONTROLE DE ENTREGA DE MATERIAL PARA POPULAÇÃO ATINGIDA		
Nome:		CPF / RG:
Endereço:		Fone:
Quantidade	Material	
Assinatura:		Data Entrega:

Feita a distribuição dos kits, o Coordenador Regional de Defesa Civil certifica manualmente a nota, junta os recibos de entrega de material e encaminha para a Gerência de Logística que a certifica no sistema financeiro “SIGEF”, e segue para pagamento dentro das datas pré-estabelecidas pela secretaria da fazenda estadual.

2.6 AQUISIÇÃO DIRETA

Quando tratamos de desastre, o sistema de aquisição dos itens de assistência deve ser o mais rápido possível, respeitando as leis que regem este sistema para órgãos públicos no Brasil. Para isso, temos na Lei 8.666/93, no seu Art. 24, condições que dispensam a licitação, dando maior agilidade na contratação. Dentre algumas que beneficiam o trabalho da Defesa Civil Estadual, podemos destacar com o texto que segue:

Lei 8.666/93 no seu Art. 24º:

IV – “...nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade vedada a prorrogação dos respectivos contratos”;

Importante: Uma ressalva é que a Dispensa de Licitação não deve ser a regra, mas a exceção, e para isso, cabe aos municípios estarem preparados e utilizarem a ferramenta **Registro de Preços**, pois dessa forma poderão dar celeridade ao processo de aquisição e assistência, uma vez que o valor já está registrado por 12 meses.

2.7 EXEMPLO DE ITENS DE ASSISTÊNCIA

Seguem para consulta dos municípios e sugestão, os itens de Assistência Humanitária, reunidos por diversos Kits, utilizados pela SDC:

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
1	1	ÁGUA MINERAL	Água Mineral em vasilhame tipo PET, translúcido, com tampa, lacre e alça para transporte, com capacidade para 5 litros, acondicionada em fardos contendo 4 unidades cada, sendo os fardos reunidos de forma proporcional em paletes e protegidos por cobertura plástica ou cintas de fixação. Unidade: Vasilhame de 5 Litros. Dentro da validade.
2	1	PÃO FATIADO	Pão de forma branco, em fatias com peso aproximado de 25 gramas cada, acondicionado em embalagem inicial de plástico atóxico, resistente, devidamente lacrada, contendo 500 gramas, isento de gorduras trans, com no mínimo 1200 Cal. Dentro da validade. 4 unidades.
	2	BARRA DE CEREAIS	Barra de cereal, para consumo imediato, com sabores variados, acondicionadas em caixas contendo 03 unidades de no mínimo 20 gr, cada. Unidade: Cx (03 unidades cada caixa – 20 gr cada barra). Dentro da validade. 4 unidades.
	3	SALSICHA TIPO VIENA	Salsicha tipo Viena, acondicionada em latas de 250 gr cada. Unidade: latas (250 gr). Dentro da validade.
	4	SARDINHA EM CONSERVA	Sardinha em conserva, em óleo comestível, acondicionada em latas de 125 gr cada. Unidade: latas (125 gr). Dentro da validade. Lata com peso drenado de 0,30 ou 0,50 kg.
	5	PÊSSEGO EM CALDA	Pêssego em calda, sem caroços e sem casca, de 1ª qualidade, armazenado em latas de 500 gr cada. Unidade: latas (500 gr). Dentro da validade.
	6	BISCOITO ÁGUA E SAL	Biscoito água e sal, tipo cream cracker, embalagem tipo 3 em 1, acondicionadas em pacotes de 400 gr cada.
	7	BISCOITO TIPO MARIA	Biscoito tipo Maria, embalagem tipo 3 em 1, acondicionadas em pacotes de 400 gr cada.
	8	LEITE EM PÓ	Leite em Pó, acondicionado em embalagem aluminizada de 300 gr. Solúvel em água fria .
	9	ACHOCOLATADO EM PÓ	Achocolatado em Pó, à base de: açúcar, cacau, maltodextrina, complexo tamínico, sal, leite em pó integral, composição nutricional mínima (em 100g): 3g de proteína, 1,5g de lipídios, 92g de hidrato de carbono, 393 kcal embalagem em pacote de polietileno, fornecido em pacotes de 400 gr.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
3	1	ARROZ TIPO PARBOILIZADO	Arroz tipo parboilizado, longo, fino, tipo 2, e sem sujidades / parasitas / larvas / bolores, em pacotes de 5 Kg.
	2	FARINHA DE MANDIOCA	Farinha de mandioca, torrada, de primeira qualidade, seca, fina, branca, pct de 1 kg.
	3	AÇÚCAR REFINADO	Açúcar, tipo refinado, cor clara, e sem umidade e sujidade, pct de 1 kg.
	4	MACARRÃO TIPO SÊMOLA	Macarrão tipo sêmola, de 1ª qualidade, acondicionado em pacotes de 500 gr.
	5	OLÉO DE SOJA	Óleo de soja, derivado de soja comestível e refinado não transgênico, acondicionado em lata/Garrafa PET de 900 ml.
	6	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO	BISCOITO, tipo rosquinha sabor coco, base de: farinha de trigo/açúcar/gordura vegetal hidrogenada/lecitina de soja/amido de milho/açúcar invertido/leite de coco/coco ralado/leite integral/sal/aroma artificial de coco acondicionada em pacotes de 400gr cada.
	7	SARDINHA EM CONSERVA	Sardinha em conserva em óleo comestível, acondicionada em atas de 125 gr cada. Unidade: latas (125 gr). Dentro da validade. Lata com peso drenado de 0,30 ou 0,50 kg.
	8	FEIJÃO PRETO	Feijão preto, tipo 1, sem sujidades / parasitas / larvas / bolores, acondicionado em pacotes de 1 Kg cada.
	9	LEITE TIPO INTEGRAL	Leite tipo integral acondicionado em caixa longa-vida, contendo 1 litro cada caixa.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
4		PASTILHAS POTABILIZADORA DE ÁGUA	Pastilhas de dicloro-s-triazinatriona de sódio para 1 litro de água. Pacote com 30 unidades.
		PASTILHAS POTABILIZADORA DE ÁGUA	Pastilhas de dicloro-s-triazinatriona de sódio para 1.000 litros de água. Pacote com 25 unidades.
		PASTILHAS POTABILIZADORA DE ÁGUA	Pastilhas de dicloro-s-triazinatriona de sódio para 10.000 litros de água. Pacote com 25 unidades.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
5	1	SABONETE EM BARRA	Sabonete, em tablete, uso adulto, de fragrância suave. O sabonete deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso o suficiente para não desenvolver rachaduras ao longo do tempo de sua utilização, formar o mínimo de massa gelatinosa que leva ao seu amolecimento precoce e não causar irritabilidade dérmica. Embalagem: pacote com 01 unidade de 90g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

5	2	ESCOVA DENTAL	Escova dental, infantil, com formato anatômico, confeccionada em material atóxico, com cabo em polipropileno, medindo entre 1 e 1,3cm de largura e entre 9 e 14,5cm de comprimento. Cerdas macias em nylon na cor natural, medindo de 0,14 a 0,25mm de diâmetro, dispostas em três fileiras, retas, com pontas arredondadas, corte uniforme e 1 a 1,3cm de altura, contendo no mínimo 60 cerdas por tufo. A área de inserção das cerdas deverá medir de 2,2 a 2,5cm de comprimento, com aproximadamente 8mm de largura com cantos arredondados e conter 27 a 30 tufos. Embalada individualmente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e selo de aprovação da Associação Brasileira de Odontologia (A.B.O).
	3	PASTA DENTAL	Pasta dental, em creme, uso adulto, com flúor. Caixa de papel cartão plastificada, contendo 1 tubo de 90g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade, número de registro no Ministério da Saúde e selo de aprovação da Associação Brasileira de Odontologia (A.B.O).
	4	PAPEL HIGIÊNICO	Papel higiênico, 100% fibras naturais, picotado, grofado, com relevo, folha simples na cor branca (100% branca), neutro, de primeira qualidade. Pacote com 04 rolos medindo 30mx10cm. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
6	1	ÁGUA SANITÁRIA	Água Sanitária, em garrafa plástica de 1 litro. Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco de 1 litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.
	2	DESINFETANTE TIPO PINHO	Desinfetante, aspecto físico líquido. Aplicação: desinfetante e germicida. Composição aromática: Pinho. Frasco de 1 litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.
	3	SABÃO EM PÓ	Sabão em pó. Embalagem (caixa/pacote) de 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.
	4	BALDE PLÁSTICO	Balde, material plástico, com alça de arame galvanizado, com capacidade mínima para 8 litros.
	5	VASSOURA	Vassoura, com cerdas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufos justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.

	6	PANO DE CHÃO	Pano de chão, confeccionado em tecido de algodão cru, tipo sacaria branca de açúcar recuperada de primeira viagem, lavado e alvejado, isento de rasgos ou outros defeitos que possam prejudicar sua utilização. Acabamento deverá seguir o modelo de sacaria, isto é, costurado internamente (no avesso) no comprimento e em apenas uma das larguras de forma a manter o formato de um saco. Embalagens com 03 unidades, onde deverá constar: quantidade e/ou peso líquido, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor. Tamanho: Largura mínima 42 cm (por face), comprimento mínimo 70 cm, Largura mínima da costura interna 0,5 cm.
	7	ESPONJA DUPLA FACE	Espunja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110 x 75 x 23 mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Pacote com 03 unidades.
	8	LUVA LATEX	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante, fornecida em embalagem plástica termoselada, contendo um par destro. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
7	1	COBERTOR	Cobertor de Solteiro, composição, 50% acrílico, 30% poliéster, 10% poliamida, 10% algodão indeterminada medidas 1,40x1,90.
	2	JOGO DE LENÇOL DE SOLTEIRO	Jogo de Lençol de solteiro, liso, constituído de lençol (1,40 m x 2,20 m), sobre lençol (1,40 m x 2,20 m), e fronha (50 m x 70 m).
	3	TRAVESSEIRO	Travesseiro revestimento poliéster/algodão, enchimento fibra poliéster medidas 50x70 cm.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
8	1	COBERTOR DE CASAL	Cobertor casal, composição 50% acrílico, 30% poliéster, 10% poliamida, 10% algodão medidas 1,70x 2,10.
	2	JOGO DE LENÇOL DE CASAL	Jogo de Lençol de Casal, liso, constituído de lençol (1,70 x 2,20 m), sobre lençol (1,40 x 2,20 m), e 02 fronhas de (0,50 x 0,70 m).
	3	TRAVESSEIRO	Travesseiro, com revestimento em poliéster/algodão, enchimento em fibra poliéster, com as seguintes medidas 50x70 cm.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
9	1	COLCHÃO DE SOLTEIRO	Colchão de Solteiro, densidade 23, revestimento em tecido poliéster/ algodão, com as seguintes medidas: 0,78 x 1,88 x 0,12 m.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
10	1	COLCHÃO DE CASAL	Colchão de Casal, densidade 23, revestimento em tecido poliéster/ algodão, com as seguintes medidas 1,28 x 1,88 x 0,12 m.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
11	1	LONA PLÁSTICA	Lona Plástica, na cor preta, 170 micra, em rolo, com as dimensões 6m X 100m.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
12	1	CUMEEIRAS 4 MM	Par de Cumeeiras de fibrocimento articulada para 4mm. Fabricada por composto de cimento do tipo portland e fibras de amianto crisotila. Compatível com telhas em fibrocimento ondulado de 4mm.
13	1	CUMEEIRAS 5 MM	Par de Cumeeiras de fibrocimento articulada para 5 mm. Fabricada por composto de cimento do tipo portland e fibras de amianto crisotila. Compatível com telhas em fibrocimento ondulado de 5mm.
14	1	CUMEEIRAS 6 MM	Par de Cumeeiras de fibrocimento articulada para 6mm. Fabricada por composto de cimento do tipo portland e fibras de amianto crisotila. Compatível com telhas em fibrocimento ondulado de 6mm.
15	1	PREGO TELHEIRO	Prego em aço galvanizado, com arruela de borracha flexível. Nas dimensões de 18 x 27 x 500g. Com cabeça soldada e corpo em espiral, 100% galvanizado. Deverá permitir a fixação de telhas de fibrocimento onduladas, nas espessuras de 4mm em estruturas de madeira.
16	1	PARAFUSO TELHEIRO	Parafuso em aço galvanizado, auto-atarrachante, com cabeça sextavada, acabamento zincado, com arruela metálica e borracha flexível. Nas dimensões de 5/16"x110mm. Deverá permitir a fixação de telhas de fibrocimento onduladas, na espessura de 5mm e 6mm em estruturas de madeira.
18	1	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADO 5 MM	Telha de fibrocimento ondulado. Fabricada por composto de cimento do tipo portland e fibras de amianto crisotila. Nas dimensões de 244 x 110 x 5mm. Deverá atender às NBR – 7581 ou NBR – 12800.
19	1	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADO 6 MM	Telha de fibrocimento ondulado. Fabricada por composto de cimento do tipo portland e fibras de amianto crisotila. Nas dimensões de 244 x 110 x 6mm. Deverá atender às NBR – 7581 ou NBR – 12800.
20	1	MOTOBOMBA A COMBUSTÃO	Unidade portátil tipo Motobomba a combustão, autoescorvante, admissão 3 polegadas, e expedição de 75mm, motor à gasolina com no mínimo 7HP de potência, com capacidade máxima de expedição de coluna de 26 metros de altura e coluna máxima d'água para sucção de 6 metros. Cada unidade de bomba deverá vir acompanhada de uma mangueira para sucção de 3 polegadas de diâmetro, do tipo corrugada na cor azul com 7 metros de comprimento, uma mangueira para expedição de 3 polegadas de diâmetro, do tipo sintética de formato achatado na cor azul com 10 metros de comprimento, um par de cintas de nylon, com um gancho de fixação em uma das extremidades, e com catraca manual para tração, e abraçadeira em aço para mangote com 32mm.

ITEM	ORDEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO
21	1	RESERVATÓRIO DE ÁGUA 5.000	Reservatório de água do tipo tanque cilíndrico, com capacidade para de 5 mil litros, produzido em polietileno extrusado com proteção contra raios UV, abertura para abastecimento do tanque na parte superior, protegido por tampa roscável, em 4 extremidades superiores do tanque deverá existir ponto para fixação de ganchos, esse ponto de fixação deverá ser na forma de olhal em peça saliente pertencente a estrutura extrusada do tanque. Acompanha o tanque acessório composto por conjunto de registro de 50mm e flanges necessários para correta vedação.
22	1	RESERVATÓRIO DE ÁGUA 10.000 LITROS	Reservatório de água do tipo tanque cilíndrico, com capacidade para de 10.000 litros, produzido em polietileno extrusado com proteção contra raios UV, abertura para abastecimento do tanque na parte superior, protegido por tampa roscável, em 4 extremidades superiores do tanque deverá existir ponto para fixação de ganchos, esse ponto de fixação deverá ser na forma de olhal em peça saliente pertencente a estrutura extrusada do tanque. Acompanha o tanque acessório composto por conjunto de registro de 50mm e flanges necessários para correta vedação.
23	1	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL	Fralda descartável infantil, unissex, com formato anatômico, composta de polpa de celulose e gel, dotado de alto poder absorvente, mantendo a umidade longe do contato direto da pele, nos tamanhos P, M, G, GG e XXG. Pacotes (24 a 36) Unidades, dependendo do tamanho da fralda solicitada).
24	1	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA	Fralda descartável geriátrica, unissex, com formato anatômico, composta de polpa de celulose e gel, dotado de alto poder absorvente, mantendo a umidade longe do contato direto da pele, nos tamanhos P, M, G, GG e XXG. Pacote (24 a 36 Unidades, dependendo do tamanho da fralda solicitada).
25	1	KIT BÁSICO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Deverá ser fornecido embalado em saco plástico transparente, que resista ao peso dos itens do Kit, devidamente lacrado após ter os itens acondicionados. 1) Vela, de parafina comum, medindo 15,8mm x 11,4 mm, pavio em algodão, na cor branca, acondicionada em pacotes com 8 unidades cada. Unidade: 2 Pct (16 und).
	2		Caixa com palitos de fósforos, na quantidade mínima de 40 palitos pequenos, medindo no mínimo 4 cm. As caixas devem conter uma superfície para acendimento do fósforo. Unidade: 2 Cx (80 und e palitos).

2.8 AÇÕES DO GRUPO DE GESTÃO MUNICIPAL

Manter um plano de contingência em resposta aos desastres, contemplando as ações de logística ,como local de aquisição de produtos, local de armazenagem, equipes para triagem e entrega de produtos, veículos de distribuição, modal seguro e normas para controle.

A. LOCAL PARA RECEBIMENTO DE PRODUTOS E ESTOCAGEM

- Local seguro, livre do impacto de eventos adversos;
- Local de fácil acesso para caminhões, para entrega e recebimento de produtos;
- Se possível estrutura coberta, que possibilite o transbordo de carga durante a ocorrência de chuvas;
- Que tenha capacidade para pouso de helicópteros de várias capacidades de carga e modelos;
- Que tenha espaço suficiente para abrigar as equipes de trabalho;
- Capacidade para estocagem adequada de todos os tipos produtos de assistência humanitária, inclusive os que exijam refrigeração;
- Que não tenha problema de perda das capacidades de fornecimento de água e energia elétrica;
- Que possua serviço de vigilância patrimonial.

B. ITENS PARA ALIMENTAÇÃO EMERGENCIAL

Em situações emergenciais, devemos estar preparados para possibilitar a alimentação de dois grupos distintos:

1. A população atingida pelo evento (vítimas);
2. O conjunto de pessoas, voluntários e profissionais que prestam os serviços à população.

Recomendamos:

- Que a população atingida realize a preparação do seu próprio alimento, utilizando os gêneros assistenciais fornecidos;
- Que nos abrigos, realize a alimentação apenas o grupo de pessoas lá alojados e colaboradores daquela estrutura;
- Que os abrigos se transformem em ponto de triagem e distribuição de alimentos para os moradores afetados do entorno, mesmo não estando alojados;
- Que os profissionais e voluntários que trabalham no evento não realizem suas refeições em conjunto com as vítimas;
- Que mesmo estando em situação adversa, a preparação de alimentos, manipulação e limpeza de utensílios sigam procedimentos de controle de qualidade e sanitários;

Em casos extremos, a prefeitura local pode até mesmo utilizar-se dos estoques de merenda da rede escolar para dar suprimento aos desabrigados e desalojados, completando os estoques após a retomada do ano letivo.

C. ARMAZENAMENTO DE ÁGUA

Já com as primeiras informações de alerta deve-se fazer a contenção dos reservatórios de água para utilização nos momentos críticos.

Segundo dados da Cruz Vermelha Internacional, a demanda diária de água potável por pessoa em casos de desastres varia entre quatro e cinco litros/pessoa/dia, incluindo nesta estimativa o consumo do recurso por hospitais e clínicas (Martinez et al., 2010).

A água é um item crítico para a sobrevivência, de modo que o suprimento deste recurso deve ser tratado como uma prioridade, já nos primeiros dias do desastre. Reservatórios, caminhões do tipo Pipa, água do tipo mineral engarrafada, pastilhas purificadoras, filtros especiais de uso coletivo ou individual, todos esses recursos devem ter seu uso e localização mapeados ou sistemas adaptados para uso emergencial e fornecedores capazes de atender a demanda.

D. QUANTO AOS FORNECEDORES

É de grande importância a prefeitura local ter um cadastro atualizado de distribuidores dos itens de assistência, para uma resposta mais rápida nas situações de desastre. Importante salientar que, mesmo em situações adversas, os fornecedores para entes públicos precisam ter a capacidade de apresentar documentos legais exigidos para concorrência pública.

E. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

As máquinas e equipamentos da prefeitura municipal, existentes na maioria das vezes nas secretarias de obras, devem estar preparados para operarem em situações de desastre, Equipamentos de segurança e de iluminação devem estar instalados e em perfeito funcionamento. Seus operadores devem estar treinados para trabalhos em áreas de risco e em situações caóticas, com capacidade emocional de trabalhar sob pressão psicológica, queira pela magnitude da destruição, ou pela presença de cadáveres humanos e de animais.

A prioridade inicial desses equipamentos, está nas atividades de salvamento de vidas (ex.: vítimas soterradas com possibilidade de vida), na maioria das vezes sob a coordenação de equipes especializadas de bombeiros. Posteriormente, sua atividade deverá ser voltada para a abertura de estradas, interrompidas por escorregamentos, que estejam obstruindo as vias principais de abastecimento logístico, e posteriormente a reabilitação dos cenários atingidos pelo evento adverso.

2.9 CAMPANHAS DE DOAÇÃO

As campanhas de doações em um primeiro momento podem parecer uma excelente solução para dar uma resposta à comunidade afetada, porém, se analisarmos do ponto de vista da logística, as doações não atendem a comunidade de forma geral, com qualidade e na quantidade necessária dos itens, trazendo na maioria das vezes grandes dificuldades para sua gestão.

Há necessidade de muitas pessoas para a triagem, controle e entrega dos itens, pois muitos produtos podem estar fora de validade, ou sem condições de consumo e uso, gerando assim uma falsa expectativa para os atingidos.

Importante citar que muitas vezes os produtos doados tem valor final, superior ao comprado, pois poucas vezes se computa o valor de frete e mão de obra de manuseio e transbordo.

A aquisição direta de distribuidores facilita em muito este trabalho, haja visto poder-se adquirir com o preço do frete e descarregamento incluso no preço do produto, diminuindo consideravelmente o serviço de logística.

Porém, sabemos que muitas vezes campanhas de doação são sugeridas pelas autoridades, como meio de atender ao clamor público de ajudar aos atingidos.

Por esse motivo, cabe ressaltar:

Para dar início a uma campanha durante e/ou após um desastre a organização precisa:

- 1) Identificar junto à Defesa Civil quais são as necessidades atuais e futuras;
- 2) Além de saber o que é preciso arrecadar, é preciso observar as quantidades necessárias de doações e os mecanismos para divulgação da campanha;
- 3) Ao iniciar uma campanha é preciso prever por quanto tempo ela deve funcionar e avaliar se realmente a mesma vai trazer benefícios;
- 4) Identificar que tipo de campanha é interessante para as necessidades apresentadas;
- 5) É necessário planificar bem as campanhas e promover ações de conscientização da população para evitar que sejam doados objetos ou alimentos em estados inadequados, como roupas rasgadas, alimentos vencidos, sapatos furados ou muito velhos, entre outros.

Porém, alimentos do tipo “pronto-consumo”, como barras de cereais, leite em pó, bolachas, entre outros, na fase inicial do desastre, costumam ser mais apropriados.

Melhor opção: Campanhas de arrecadação de recursos financeiros agilizam a aquisição e a distribuição das necessidades e garantem produtos de qualidade para os afetados. Importante: devem ser direcionadas para contas em nome do Fundo Municipal de Defesa Civil, podendo ser previstas no plano de contingência.

A campanha de arrecadação de alimentos, além da orientação da Defesa Civil, deve contar com a orientação de um nutricionista, e avaliar, além das necessidades de arrecadação, a logística necessária para armazenamento, triagem e distribuição das doações que serão recebidas.

Atenção: uma campanha mal-planejada, ao invés de colaborar, poderá prejudicar as ações de assistência à população afetada. Além de trazer mais uma crise de gestão e de imagem institucional para a administração local.

Considerações: A prática mostrou que, durante um evento de desastre, devido à comoção social e a certa tolerância das autoridades envolvidas, muitos tiram proveito dessa situação. Atenção para:

1. Cargas estocadas por falta de destino, são direcionadas para descarga em cenários atingidos por desastres, com foco na assistência humanitária, porém os itens podem ser inadequados para uso nessa situação;
2. Produtos muito próximos da data da perda da validade, em especial os produtos que necessitam de resfriamento. Esses possuem logística difícil em cenário de desastres;
3. Produtos ofertados na forma a granel, ex.: arroz solto, sobre a carroceria de caminhões, caminhões tanques com leite bovino, etc;
4. Produtos químicos a exemplo de medicação, desnecessários para populações atingidas por desastres, e que possuem procedimentos especiais e dispendiosos para seu descarte, ex.: anticoncepcionais em grande quantidade, medicação para emagrecimento, etc;
5. Campanhas falsas, inclusive com a divulgação de contas bancárias, podem ser elaboradas por agentes mal-intencionados. Esteja atento para identificar essas atividades, corrigir essa ação através da mídia e tomar as providências legais necessárias para denúncia dessa prática delituosa.

Quando da necessidade de campanhas, podemos adotar algumas estratégias:

1. Repasse toda administração da campanha para uma instituição não governamental, com experiência e capacidade logística para operações dessa natureza. Ex.: Cruz Vermelha Brasileira, LBV, etc. A prefeitura municipal pode auxiliar com o direcionamento de necessidades e da elaboração da campanha na mídia;
2. Utilize uma estratégia do tipo “Adote uma instituição”, na qual agências, escolas, comunidades, de regiões não atingidas, podem contactar instituições similares na região atingida e fornecer produtos de campanha, de acordo com necessidades específicas e pontuais. O importante é que, em pequenas quantidades e com veículos menores, os produtos podem ser levados até a instituição atingida, pelo próprio órgão que criou a campanha. Nesse caso o gestor do desastre pode manter uma lista de instituições e necessidades para repassar aos interessados.

EIXO 3

RESTABELECIMENTO E REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS ATINGIDOS

RESTABELECIMENTO E REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS ATINGIDOS



Inspeção de grande área reabilitada: Zona rural de cidade do Alto Vale do rio Itajaí-Açu/SC.

Finalizando, passaremos agora para as ações de Restabelecimento e Reabilitação, dando ênfase às vistorias técnicas, cuidados com resíduos sólidos e os Planos de Trabalho necessários.

3.1 REABILITAÇÃO E RESTABELECIMENTO

As ações de reabilitação e restabelecimento têm como objetivo devolver o estado de normalidade à população atingida pelo desastre, de forma emergencial. Seja viabilizando a trafegabilidade elementar em vias fundamentais, construindo acessos alternativos provisórios, seja na reativação dos serviços essenciais ou removendo escombros, quanto também na sistematização de vistorias, elaborando avaliações através de relatórios. Abaixo serão especificadas as ações de reabilitação comumente realizadas, dentro do cenário nacional de desastres.

As ações de resposta, no tocante à REABILITAÇÃO dos cenários atingidos, são serviços de caráter emergencial prestados à população afetada, para restabelecer as condições de segurança e habitabilidade das áreas atingidas, no prazo mais curto possível, possibilitando o acesso aos serviços essenciais, tais como:

- 1. Distribuição e suprimento de energia elétrica;**
- 2. Restabelecimento dos serviços de comunicação, transporte coletivo, esgotamento sanitário e limpeza urbana;**
- 3. Desobstrução e remoção de escombros e entulhos;**
- 4. Reabilitação das condições de trafegabilidade;**
- 5. Restabelecimento da drenagem de águas pluviais, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, conforme Decreto nº 7.527/2010.**

As ações de reabilitação são realizadas por diversas frentes, a iniciar pela esfera local da ocorrência do desastre, por parte da própria comunidade afetada. Desencadeiam-se em função do nível de resiliência da população atingida e, principalmente, em função da intensidade e gravidade dos danos. Sendo assim, devido à vulnerabilidade do ambiente e da própria população atingida, a mesma poderá não ter capacidade própria de resposta, situação onde se inicia a ação do poder público municipal. Quando o município não possui estrutura suficiente para responder sozinho aos danos, a esfera estadual é solicitada, sendo para isso necessário o estabelecimento de uma relação jurídica especial, onde ocorre a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, pelo prefeito municipal, solicitando recursos para a Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC). E, quando os danos e prejuízos ultrapassam a capacidade do próprio estado, recursos federais são requeridos.

Como toda a ação de resposta em desastre, a reabilitação responde também à lógica de ações coordenadas. Cada serviço essencial é de responsabilidade de um órgão ou instituição pública específico que deve ser acionado para trabalhar conjuntamente com a Defesa Civil Municipal ou com a Secretaria de Estado da Defesa Civil. Para coordenar estas ações no nível estadual, criou-se o Grupo de Ações Coordenadas - GRAC, que sob o comando unificado da Defesa Civil (SDC), planeja e realiza as ações de forma integrada. No entanto, cada setor deve também elaborar seu próprio plano de contingência para situações de emergência e desastres, para agir sempre o mais emergencialmente possível. Um exemplo ideal no estado é a CELESC, responsável pela distribuição de energia elétrica, sendo sempre o primeiro serviço a se restabelecer independentemente, lembrando que deste dependem a grande maioria dos demais serviços essenciais.

As ações de reabilitação também visam ao restabelecimento de estruturas e infraestruturas comprometidas pelo desastre como, por exemplo, edificações e obras de arte. Porém, é necessário fazer a diferenciação entre **reabilitação ou restabelecimento (1)** e **reconstrução ou recuperação (2)**. Ambas as ações podem se referir a uma mesma estrutura, em um mesmo ponto; porém, o que as difere é o conceito de ações emergenciais (e provisórias) e ações definitivas.

(1) Ações de Restabelecimento/Reabilitação de infraestrutura danificada

ou destruída: São obras de caráter provisório, visando restabelecer de forma emergencial o uso da estrutura comprometida. Aqui os serviços são realizados através de DL – Dispensa de Licitação, conforme art. 24 da Lei nº 8.666/1993. E, tanto a solicitação, quanto a contratação e realização dos serviços devem ser realizadas dentro do prazo máximo de 180 dias (consecutivos e ininterruptos), a contar da data de ocorrência do desastre, que deve constar no decreto municipal. A SEDEC elaborou um manual para orientações, “Transferências Obrigatórias: Caderno de Orientações”, que pode ser baixado no site da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, dando maiores detalhes (www.integracao.gov.br/defesacivil).

(2) Ações de Reconstrução/Recuperação: São ações que se diferem das ações de resposta por possuírem caráter definitivo, onde a estrutura é reformulada e reestruturada. Podem ter caráter tanto de recuperação quanto de prevenção aos desastres. Aqui os serviços são realizados por meio de convênio público, através de envio da proposta ao SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse). Para melhor esclarecer as etapas deste processo, a SEDEC elaborou também um caderno orientador a ser baixado também pelo mesmo site: “Convênios: Caderno de Orientações” (idem).

EXEMPLOS - Para melhor visualização desta diferenciação:

RODOVIAS

(1) Ação de Reabilitação: restabelecer **trechos** da rodovia que foram destruídos ou danificados; remoção de terra e escombros que estão obstruindo a passagem.

(2) Ações de Recuperação/Reconstrução: recuperar **toda** a rodovia, recapeamento da rodovia.

PONTES

(1) Ação de Reabilitação: refazer emergencialmente a estrutura da ponte, apenas para restabelecer o fluxo e normalizar a trafegabilidade local.

(2) Ação de Reconstrução/Recuperação: construir uma nova ponte no local, com estrutura melhorada ou modificada.

3.2 DESTINAÇÃO DO RESÍDUO SÓLIDO DE DESASTRE

Anteriormente a uma correta destinação dos resíduos sólidos gerados por um desastre, é necessária a ação de uma força tarefa especializada na remoção de escombros, entulhos e outros resíduos nas áreas atingidas por desastre, pela prioridade primária tanto de cuidado pela possibilidade de existência de vítimas soterradas no local, quanto pela necessidade da abertura de acesso para as equipes responsáveis pelo socorro nos locais afetados, assim como também para a mobilidade da própria população nestas áreas. Dentro da área afetada, todo o tipo de resíduo deve ser colocado em local afastado e protegido, e longe das linhas de fluxo de água e dos acessos. Após a prioridade primária de salvamento das vítimas, uma correta destinação dos resíduos sólidos deve ser feita, seguindo legislação específica, conforme a lógica a seguir:

- 1. Identificação dos tipos de resíduos;**
- 2. Identificação das fontes de resíduos dentro do desastre;**
- 3. Determinar os riscos potenciais à saúde humana e ao meio ambiente;**
- 4. Determinar (aproximadamente) o volume de resíduos sólidos gerados;**
- 5. Identificar métodos seguros de coleta;**
- 6. Realizar um transporte seguro dos resíduos;**
- 7. Dar destinação final aos resíduos (geralmente um aterro sanitário legalizado).**

Ainda em relação ao tratamento de entulhos e/ou detritos produzidos pela movimentação de áreas de terra, observamos que é necessário desobstrução e remoção de escombros e entulhos nos trechos de rodovias, para a chegada mais breve possível de maquinário para socorro, assistência humanitária e reabilitação, assim como também em habitações, ou outras edificações afetadas, por exemplo, por deslizamentos de terra ou lama trazida pelo fluxo de detritos.

Quando ainda há suspeita de pessoas desaparecidas, soterradas pelos escombros, é urgente e necessário se contatar equipes experientes, capacitadas e especializadas nesta atividade. Porém, se ocorre o infortúnio da não sobrevivência das vítimas humanas, é necessário tomar o máximo de cuidado com os corpos no local do desastre, deixando junto com o corpo o máximo de objetos pessoais possíveis para identificação do mesmo pelos familiares. E, quando não há informações, iniciar o processo de busca e coleta das mesmas.

No local afetado é muito importante precaver-se contra os riscos inerentes à exposição de cadáveres, visto a possibilidade de disseminação de epidemias e epizootias, disseminação do odor da putrefação e atração de animais carniceiros, entre outros. Sendo assim é necessário que o corpo seja vedado e isolado até que seja encaminhado ao IML (Instituto Médico Legal), identificado, e posteriormente sepultado, ações que devem estar coordenadas com atividades de medicina legal. O pessoal encarregado dessas atividades deve ser conscientizado da importância e grandeza da sua missão.

Corpos de animais são de responsabilidade da Vigilância Sanitária e também devem ser isolados, separadamente, para evitar proliferação de agentes patogênicos dentro do ambiente afetado, até que sejam também removidos do local para sua destinação final, em covas muito profundas ou queimados.

Ainda em caráter emergencial é necessário realizar a limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação dos cenários de desastre. Estas ações costumam ocorrer em caráter espontâneo pela própria população afetada, mas quando os desastres são de grandes proporções, é necessário que o município solicite estes serviços à SDC o quanto antes, visto que os mesmos devem também ser contratados dentro do prazo de dispensa de licitação.

3.3 RELATÓRIO DE VISTORIAS E LAUDOS ESPECIAIS

As ações de reabilitação também compreendem a realização de vistorias, para avaliação de estruturas ou sistemas no que diz respeito à segurança e funcionalidade das mesmas. Das vistorias são elaborados relatórios pelos agentes de defesa civil, de onde se pode extrair informações necessárias sobre a situação funcional e de segurança básica das estruturas e sistemas – informações estas que, se necessário um maior aprofundamento, é preciso realizar uma perícia técnica por profissional especializado na área. Há uma diferença legal entre vistoria e perícia de laudo, sendo que Perícias de Engenharia de Construção Civil são definidas pela NBR 13.752, e nestas envolvem apuração de causas e asserção de direitos. Perícias judiciais são aquelas que ocorrem no âmbito da justiça: vistorias cautelares, desapropriações, demolitória, alvarás, etc.

Ainda segundo a NBR 13.752, o Perito deve ser um profissional habilitado pelo CREA, com função de auxiliar da justiça, para assessorar o juiz quando há necessidade de conhecimento técnico e/ou científico. Ainda dentro do tema mais específico da perícia, define-se o **Laudo Técnico** como uma peça na qual o Perito, profissional habilitado, relata o que observou e dá as suas conclusões ou avalia, fundamentadamente, o valor de coisas ou direitos. Um Laudo Técnico só terá valor legal acompanhado de ART. Fica assim um pouco mais esclarecida a diferença de peso entre um Relatório de Vistoria emitido por um técnico em Defesa Civil e um Laudo Técnico emitido por um Perito. Ou seja, laudo tem valor legal e apresenta uma constatação baseada em dados técnicos ou científicos.

Pode-se definir de forma geral o termo **Vistoria** como sendo o estudo e a avaliação das origens, causas, mecanismos de ocorrência, manifestações e consequências das situações em que as construções ou sistemas deixam de apresentar um desempenho mínimo pré-estabelecido. Com estas informações pode-se elaborar uma avaliação em formato de Relatório, que terá como apoio três pilares principais: desempenho, tempo e condições de exposição do objeto vistoriado. O desempenho diz respeito ao comportamento relacionado ao uso, ou seja, desempenho mecânico, acústico, estético, químico, entre outros. O tempo indica a vida útil do objeto, ou seja, o tempo em que é mantida a capacidade de serviço e funcionalidade, dentro das exigências mínimas de desempenho previamente estabelecidas. Já as condições de exposição do objeto relacionam-se com sua durabilidade, a capacidade do seu material de resistir a mudanças em suas propriedades, ou seja, resistir à degradação.

É bom atentar para o fato de que, embora nas vistorias de Defesa Civil parte dos objetos seja danificada em função de impactos naturais que fogem às condições extremas estipuladas no dimensionamento das obras (exceto taludes naturais, obviamente), alguns casos apresentam patologias em função da falta de **manutenção**.

Alguns casos apresentam patologias em função da falta de manutenção.

No geral, o que se observa é que o principal causador de defeitos em obras, seja em construções ou obras de terra, é a falha na fase de projeto. Estima-se que grande parte das obras, mesmo sob o efeito de intempéries extremas, seria capaz de manter sua integridade se fosse projetada dentro das especificações recomendadas em normas, ou seja: mantendo uma declividade adequada no corte de taludes, garantindo o escoamento natural dos rios na construção do encontro das pontes (evitando um “estrangulamento”), levando em conta períodos de retorno de chuvas e níveis de rios, etc. O que se observa é que obras que apresentaram defeito normalmente foram executadas sem projeto ou com projeto falho. Esse dado é importante na hora de se avaliar uma obra, para poder reconhecer com maior facilidade a origem do problema e identificar culpados, se for o caso.

Nos relatórios de vistoria, a redação deve ser a mais clara e objetiva possível, contendo as informações relevantes para a análise. O documento tem valor de inspeção, diagnóstico e prognóstico, ou seja, informações necessárias para entendimento mais adequado do problema e as hipóteses da tendência de evolução futura do problema visualizado. Conforme “Manual de Vistorias para Técnicos de Defesa Civil” a ser publicado pela Secretaria de Estado de Defesa Civil, que deve ser analisado, seguem resumo das informações básicas e principais a constarem num relatório de vistoria de áreas de risco:

RESUMO DAS INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

- 1. Dados do técnico e do solicitante:** Inserir os nomes, cargos e contatos do técnico que fez a vistoria e elaborou o relatório, e dos solicitantes da vistoria;
- 2. Localização:** Informar o nome do município e demais dados do local (bairro, distrito ou comunidade);
- 3. Coordenadas:** Registrar as coordenadas geográficas da localização obtidas pelo Sistema de Posicionamento Global - GPS. Incluir o croqui (ou foto do software Google Earth) do local onde se fez a vistoria.
- 4. Diagnóstico** – Descrever o problema enfrentado. Informar qual foi o dano ocorrido no local, se houve destruição parcial ou total do item atingido, onde foi o dano e ainda a causa, a origem e o mecanismo de ocorrência. Indicar se há histórico da ameaça ou dano sofrido no local vistoriado.
- 5. Descrição das consequências:** Descrever as características do local atingido. Nessa descrição devem ser incluídas informações que explicitem as consequências ocasionadas pelo dano no local. Portanto, informações como famílias afetadas, falta de acesso a escolas e postos de saúde, dificuldades no escoamento de produção e incapacidade de drenagem devem ser levantadas, quando houver necessidade.

6. Prognóstico: Descrição da previsão do que há de se suceder em um cenário provável. Baseia-se no diagnóstico, na duração, na evolução, no histórico, nos fatores futuros externos, entre outros. É o elemento indispensável do relatório de vistoria, pois pode levar a tomadas de decisões extremamente importantes, que influenciarão na qualidade e seguridade de vida dos interessados.

7. Registro fotográfico: Inserir fotografias que evidenciem a descrição do problema enfrentado. Sugere-se que ao menos uma destas fotos seja mais afastada, de forma a identificar o local e o cenário como um todo. Todas as fotos devem ser legendadas e datadas.



Inspeção e relatório de estrutura sendo reabilitada: área rural de cidade do Vale do rio Itajaí-Açu/SC.

3.4 PLANOS DE TRABALHO

O grande problema enfrentado pela Secretaria de Estado da Defesa Civil – SDC, é a falta de padronização e, principalmente, de informação para a análise dos pedidos efetuados pelo Poder Público Municipal confrontado com a demanda apresentada pós-desastre.

O que se denota, na maioria dos casos, é o encaminhamento de uma simples solicitação de recursos, principalmente financeiros, baseado muitas vezes em problemas pré-existentes e agravados por um evento adverso. A documentação encaminhada não apresenta qualquer justificativa, tão pouco elementos capazes de fornecerem ao analista informações mínimas, como por exemplo, a identificação da ação ou do objeto. Este manual, portanto, tem como objetivo orientar o proponente quanto ao preenchimento do Plano de Trabalho para solicitação de recursos.

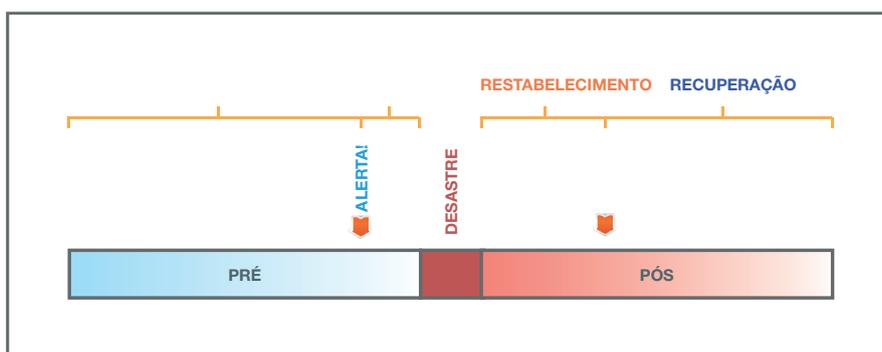
O material detalha as exigências legais e os procedimentos vigentes na SDC, apontando recomendações dos órgãos fiscalizados, como o Tribunal de Contas.

Entretanto, este manual não tem a pretensão de esgotar o tema, cabendo ao tomador dos recursos a inteira responsabilidade pela ciência da legislação em vigor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, é importante recordar alguns conceitos, definidos na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, especialmente quanto às ações voltadas ao tema.

A figura abaixo apresenta a linha do tempo de um desastre. Cada etapa compreende a execução de ações específicas e essencialmente distintas. Vamos a elas.



A. FASE PRÉ-DESASTRE

- **Prevenção:** A prevenção (ou prevenção de desastres) expressa o conceito e a intenção de evitar por completo os possíveis impactos adversos (negativos) mediante diversas ações planejadas e realizadas antecipadamente. Por exemplo, a construção de uma represa ou muro de contenção para eliminar o risco de inundações; uma regulamentação sobre o uso do solo que não permitem o estabelecimento de assentamentos em zonas de alto risco, etc.

- **Mitigação:** A diminuição ou a limitação dos impactos adversos das ameaças e dos desastres afins. Frequentemente, não se pode prevenir todos os impactos adversos das ameaças, mas se pode diminuir consideravelmente sua escala e severidade mediante diversas estratégias e ações.

- **Preparação:** Os conhecimentos e capacidades desenvolvidas pelos governos, profissionais, organizações de resposta e recuperação, comunidades e pessoas para prever, responder e se recuperar de forma efetiva dos impactos dos eventos ou das condições prováveis, iminentes ou atuais que se relacionam com uma ameaça. A preparação inclui, por exemplo, atividades como o planejamento de contingências, a reserva de equipamentos e suprimentos, o desenvolvimento de rotinas para a comunicação de riscos, capacitações e treinamentos, exercícios simulados de campo, etc. A preparação é uma ação que ocorre no contexto da gestão do risco de desastres. Seu objetivo principal é desenvolver capacidades necessárias para gerenciar de forma eficiente e eficaz todos os tipos de emergências e alcançar uma transição ordenada desde a resposta até uma recuperação sustentável. A preparação se baseia numa análise sensata do risco de desastres e no estabelecimento de vínculos apropriados com sistemas de alerta antecipados.

B. FASE PÓS-DESASTRE

• **Ações de Resposta:** A prestação de serviços de emergência e de assistência pública durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer necessidades básicas de subsistência da população afetada. A resposta diante de um desastre se concentra predominantemente nas necessidades de curto prazo e, por vezes, é difícil de definir uma divisão entre a etapa de resposta e a fase seguinte de recuperação/reconstrução. Por isso, algumas ações de resposta, tais como o suprimento de água potável, a provisão de alimentos, a oferta e instalação de abrigos temporários, podem acabar ampliando-se até a fase seguinte. Classificam-se em:

- Socorro: compreendem ações de imediato atendimento à população afetada pelo desastre, contemplando atividades relacionadas ao atendimento emergencial, tais como busca e salvamento, primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar e atendimento médico-cirúrgico emergencial.
- Assistência: consiste no atendimento à população afetada pelo desastre, mediante aporte de recursos destinados a atividades logísticas, assistenciais e de promoção da saúde, até que se restabeleça a situação de normalidade.
- Restabelecimento: contempla a execução de obras provisórias e urgentes, voltadas para o restabelecimento de serviços essenciais, estabilizando a situação para que se possa promover a reconstrução do cenário afetado pelo desastre. Dão-se pela realização de acessos alternativos, restabelecimento do fornecimento de água e energia, remoção de escombros, etc. Pelo caráter efêmero que possuem, são normalmente obras de baixo custo e classificadas como despesas de custeio.

- **Ações de Recuperação:** A restauração e o melhoramento, se necessário, das plantas, instalações, meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas por desastres, incluindo esforços para reduzir os fatores de risco de desastres. As tarefas de reabilitação e de reconstrução dentro do processo de recuperação iniciam imediatamente após a finalização da fase de emergência e devem basear-se em estratégias e políticas previamente definidas que facilitem o estabelecimento de responsabilidades institucionais claras e permitam a participação pública. Os programas de recuperação, juntamente com uma maior conscientização e participação pública depois de um desastre, representam uma oportunidade valiosa para desenvolver e executar medidas de redução de risco de desastres com base no princípio de “reconstruir melhor”.

Diante do exposto, para cada fase da resposta aos desastres existe um Plano de Trabalho específico a ser encaminhado. Isso porque apesar de serem resposta, cada fase tem seu tempo e sua urgência, cada uma delas precisa de uma documentação própria e para cada uma delas há procedimentos e informações diferenciadas.

3.5 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL

As ações de resposta, definidas anteriormente, aplicam recursos de custeio, que podem ser destinados exclusivamente à execução das ações. **A lista das ações descritas a seguir é exemplificativa** e para o emprego em qualquer necessidade não contemplada abaixo, consulte a Secretaria de Estado da Defesa Civil – SDC.

A. SOCORRO

- **busca e salvamento:**

- Locação de veículos para busca de desaparecidos, desabrigados e desalojados, tais como embarcações, carros, caminhões, aeronaves, etc.

- Aquisição ou locação de material de busca e salvamento, como lanternas, cordas, etc, sendo vedada a aquisição de materiais para equipar os Corpos de Bombeiros, Polícias e Forças Armadas.

- Aquisição de sacos para transporte de cadáveres, sendo vedado o custeio de serviços funerários e afins.

- **primeiros socorros e resgate de feridos:**

- Aquisição, transporte e armazenagem de medicamentos e material de primeiros socorros.

- **locação de veículos ou viaturas para socorro às vítimas de desastre natural:**

- Resgate e remoção de feridos para hospitais especializados ou unidades de atendimento pré-hospitalar.
- Transporte de cadáveres.

- **instalação e operação de hospitais de campanha:**

- Aquisição ou aluguel de mobiliário de socorro às vítimas no hospital de campanha, como macas, camas, suporte para soro, etc.
- Aquisição de material de consumo, como gaze, algodão, ataduras, curativos, soro, etc.
- Aquisição de equipamentos para atendimento emergencial, como estetoscópios, aparelhos de pressão, pinças, etc.
- Locação de sistema refrigerado para armazenagem e conservação de banco de sangue e de corpos.

- **custeio de atendimento pré-hospitalar e médico-cirúrgico de emergência na rede pública ou particular.**

B. ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

- fornecimento provisório de água potável por meio de caminhão pipa, até que o provimento nas áreas anteriormente atendidas pela rede pública seja restabelecido;
- fornecimento provisório de energia elétrica por geradores, até que o provimento nas áreas anteriormente atendidas pela rede pública seja restabelecido;

- operação de transporte coletivo essencial, até que o sistema anteriormente existente seja restabelecido;
- suporte à rede pública de saúde para manutenção do atendimento aos feridos no desastre;
- aquisição ou locação de material de acampamento, como barracas, colchonetes e travesseiros;
- aquisição de artigos básicos de higiene pessoal;
- instalação de lavanderias e banheiros coletivos;
- limpeza, descontaminação e desinfecção do habitat humano;
- provisão e meios de preparação de alimentos, podendo incluir o fornecimento de combustíveis de cozinha e material de copa/cozinha;
- aquisição de gêneros alimentícios, inclusive rações destinadas a seres humanos e animais (pecuária de subsistência);
- aquisição de peças de vestuário (roupas e agasalhos) não supridas pelas doações voluntárias;
- manejo de mortos, sepultamento de pessoas e de animais, sendo vedado o custeio de serviços funerários e afins;
- locação de veículos ou viaturas para assistência às vítimas de desastre natural;
- locação de mão de obra (pessoa jurídica) para prestação de serviços em ações de assistência às vítimas de desastre natural;
- aluguel social para desabrigados devidamente cadastrados;
- apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações.

C. RESTABELECIMENTO

- construção de acessos alternativos provisórios;
- viabilização de trafegabilidade elementar em vias fundamentais;
- construção de acessos alternativos;
- restabelecimento do fornecimento de água, energia e serviços essenciais de comunicação;
- remoção de escombros;
- desobstrução de vias;
- desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas.

Não se enquadram como ações de socorro, assistência e restabelecimento:

- recuperação de infraestrutura motivada pelo desgaste decorrente do uso (atividades de manutenção);
- restauração de vias deterioradas gradualmente pela ação do tráfego e/ou das chuvas de baixo tempo de recorrência;
- reconstrução (caráter definitivo) de infraestrutura afetada por desastre.

As **ações de recuperação** aplicam recursos de investimento, que podem ser destinados à execução das seguintes ações (lista exemplificativa):

D. RECONSTRUÇÃO (DE INFRAESTRUTURA COMPROVADAMENTE DANIFICADA PELO DESASTRE)

- obras de arte especiais (pontes, viadutos, etc);
- trechos de vias (estradas vicinais, rodovias, vias urbanas);
- reconstrução de trechos de adutoras;
- recuperação de sistemas de bombeamento;
- construção de casas populares fora de área de risco para abrigo de desabrigados;
- reconstrução / recuperação de equipamentos públicos essenciais (hospitais, postos de saúde, escolas, creches, delegacias, postos de polícia, etc);
- implantação de infraestrutura complementar (ou melhoria daquelas existentes) com propósito de reduzir o risco nas áreas afetadas pelo desastre em questão, sustentando as ações de reconstrução;
- dentre outras que atendam à definição de “Recuperação”.

Não se enquadram como ações de recuperação:

- construção de infraestrutura inexistente;
- reformas, ampliações e melhorias de infraestrutura ou habitações não afetadas pelo desastre;

- recuperação de habitações populares com riscos de desabamento não decorrentes de danos trazidos pelo desastre em questão;
- recuperação de infraestrutura motivada pelo desgaste decorrente do uso (atividades de manutenção). Ex.: desassoreamentos, etc;
- restauração de vias deterioradas gradualmente pela ação do tráfego e/ou das chuvas de baixo tempo de recorrência;
- ações de caráter preventivo, envolvendo a implantação de infraestrutura inexistente (ou melhorias naquelas existentes) que não tenha nexos claros com obras de reconstrução, ou mesmo visem beneficiar área não afetada pelo evento adverso em questão;
- dentre outras que não atendam à definição de “Reconstrução” apresentada no item 1.1.2.

3.6 AÇÕES DE RESPOSTA

Conforme já exposto, são duas as modalidades de ações a serem realizadas em situação pós-desastre, tratadas em processos administrativos distintos:

I. Resposta – compreende ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais no cenário de desastre. São recursos voltados para a resposta imediata, incluindo obras provisórias e aquisição de cestas de alimentos. Têm natureza de despesa de custeio.

II. Recuperação – são recursos aplicados em obras definitivas, contratadas com projeto básico detalhado. Têm natureza de despesa de investimento.

A. SOLICITAÇÃO DE RECURSOS: PLANO DE TRABALHO DE RESPOSTA

Obtida a homologação estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, e sendo necessário o apoio complementar por parte do Estado, o interessado deverá apresentar:

a. Plano de Trabalho de Resposta – Socorro e Assistência (Anexo I).

- **Plano de Trabalho – Socorro e Assistência** é o documento que detalha as ações de resposta que serão executadas com os recursos da transferência obrigatória, especificando quantidades, prazos e recursos necessários para a consecução de cada meta e suas etapas. Deve ser revisto sempre que o escopo, prazos ou custos previstos forem modificados. A SDC analisará se as metas nele apresentadas estão compatíveis com os objetivos do

programa estadual de onde provêm os recursos. Deverá prever todo o aporte de produtos e serviços para garantir a sobrevivência e assistência humanitária das vítimas do desastre.

b. Plano de Trabalho de Restabelecimento e Reabilitação (Anexo II)

- **Plano de Trabalho de restabelecimento:** As ações de resposta também incluem a execução de obras provisórias e urgentes, denominadas como medidas de restabelecimento dos serviços essenciais – **Plano de Trabalho de Resposta – Restabelecimento (Anexo II).**

Apesar das circunstâncias emergenciais, estes serviços necessitam ser documentados, ainda que de forma mais simplificada. Deverão ser encaminhados à SDC, no mínimo, laudo técnico e orçamento, conforme detalhado a seguir.

c. Plano de Trabalho de Recuperação (anexo III)

- **Plano de Trabalho de Recuperação, solicitação de recursos:** O Plano de Trabalho é o documento que detalha as ações de recuperação que serão executadas com recursos oriundos da SDC, especificando quantidades, prazos e valores necessários para a consecução de cada meta e suas etapas. Deve ser revisto sempre que o escopo, prazos ou custos previstos forem modificados. A SDC analisará se as metas apresentadas neste estão compatíveis com os objetivos do programa estadual de onde provêm os recursos.

A SDC comunicará ao proponente eventuais imprecisões detectadas no preenchimento do **Plano de Trabalho de Resposta – Recuperação** (Anexo III), dispondo de prazo para correção. A ausência da manifestação do conveniente/proponente no prazo estipulado indicará sua desistência no prosseguimento do processo.

ANEXOS

ANEXO I**PLANO DE TRABALHO DE RESPOSTA – SOCORRO E ASSISTÊNCIA****1 – DADOS CADASTRAIS**

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ	
Endereço					
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	E.A.	
E-mail do órgão					
Conta Corrente	Banco	Agência	Centro de Custo	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável pelo Recurso				E-mail do responsável	
C.I./Órgão Expedidor		CPF		Cargo	
Endereço					
Nome do Responsável pelo Órgão de Defesa Civil				E-mail do responsável	
C.I./Órgão Expedidor		CPF		Cargo	
Endereço					

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Descrição do Problema			
Tipo de desastre:			
População Assistida (previsão do total das pessoas a serem beneficiadas):			
Desabrigados n°	Desalojados n°	Afetados n°	Desaparecidos n°

3 – SOCORRO E ASSISTÊNCIA: INTENÇÃO DAS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS

Prioridade	Especificação das ações

ANEXO II**PLANO DE TRABALHO DE RESPOSTA – RESTABELECIMENTO**

Versão aprovada:

1 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente			CNPJ	
Endereço				
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	E.A.
E-mail do órgão				
Conta Corrente	Banco	Agência	Centro de Custo	Praça de Pagamento
Nome do Responsável pelo Recurso			e-mail do responsável	
C.I./Órgão Expedidor		CPF	Cargo	
Endereço				
Nome do Responsável pelo Órgão de Defesa Civil			E-mail do responsável	
C.I./Órgão Expedidor		CPF	Cargo	
Endereço				

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Identificação da finalidade das Ações de Socorro, Assistência e Restabelecimento			
Justificativa da Proposição			
Tipo de desastre:			
População Assistida (previsão do total das pessoas a serem beneficiadas):			
Desabrigados n°	Desalojados n°	Afetados n°	Desaparecidos n°

3 – RESTABELECIMENTO: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (METAS E ETAPAS)

Metas	Etapas	Especificação	Indicador Físico		Execução em dias		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
			Unid.	Quant.	Início	Término		
1	-	Implantação sistema – Comunidade Jacareí	m³/h	5				
1	1	Projeto Básico do Sistema	%	100				
1	2	Poço 120m	un.	1				
1	3	Adutora água bruta, fi=20mm	m	300				
1	4	Estação de bombeamento, xxxx	un.	1				
1	5	Dosadora de cloro, xxxxx	un.	1				
1	6	Reservatório xxxx	m³	20				
2	-	Recuperação de sistema – Comunidade Pedra Branca	m³/h	3				
2	1	Bomba xxxxx	un.	1				
VALOR TOTAL								

4 – QUADRO RESUMO DOS VALORES (RECURSOS SOLICITADOS)

AÇÃO	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)
A - SOCORRO E ASSISTENCIA	
B - RESTABELECIMENTO	
TOTAL (A + B)	

ANEXO III**PLANO DE TRABALHO DE RESPOSTA – RECUPERAÇÃO**

Versão:

1 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente				CNPJ	
Endereço					
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	E.A.	
Email do órgão					
Conta Corrente	Banco	Agência	Centro de Custo	Praça de Pagamento	
Nome do Responsável pelo Recurso				E-mail do responsável	
C.I./Órgão Expedidor		CPF		Cargo	
Endereço					
Nome do Responsável pelo Órgão de Defesa Civil				E-mail do responsável	
C.I./Órgão Expedidor		CPF		Cargo	
Endereço					

2 – OUTROS PARTICÍPES

Nome	CNPJ	E.A.
Endereço		C.E.P.

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Objeto	Período total de execução (dias)	
	Início	Término
Justificativa da Proposição		

4 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta	Etapa	Denominação	Indicador Físico		Duração, em dias		Valor (R\$)
			Unid.	Quant.	Início	Término	

5 – PLANO DE APLICAÇÃO

Natureza da Despesa		Valores (R\$)		
Código	Denominação	Total	Concedente	Proponente
TOTAL GERAL				

6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CONCEDENTE

Meta	1º parcela (R\$)	2º parcela (R\$)	3º parcela (R\$)	4º parcela (R\$)	5º parcela (R\$)	6º parcela (R\$)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
Total						

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTA CATARINA. Governo do Estado – Capacitação em Defesa Civil, Prevenção e Redução de Desastres. 1ª. Ed. Florianópolis/SC: CEPED/UFSC, 2003. Pág. 59.

OLIVEIRA, Marcos de. Manual Gerenciamento de Desastres - Sistema de Comando em Operações. – Florianópolis: MI, SEDEC, UFSC, CEPED, 2009. Pág. 21.

GOMES JÚNIOR, Carlos Alberto de Araújo. O uso do incident command system em operações de preservação da ordem pública, do Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Administração Pública da Unisul. 2006. 89f. Monografia (Especialização em Administração Pública) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DAFT, Richard L. Administração. 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

UFSC. Capacitação Básica em Defesa Civil – Livro Texto para Educação a Distância. Florianópolis/SC: CEPED/UFSC, 2011. Pág. 36.

United Nations , International Strategy For Disaster Reduction (UN/ISDR). Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives, 2004. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm>. Acesso em: 25 jul. 2010.

CATE, Fred H. The media and disaster reduction: roundtable on the media, scientific information and disasters at the United Nations World Conference on Natural Disaster Reduction. Disponível em: <http://www.annenberg.northwestern.edu/pubs/disas/disas3.htm>. Acesso em: 26 jul. 2010.

SPHERE PROJECT. Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response. Disponível em: <http://www.sphereproject.org/> Acesso em: 18 mar. 2013.

Renata Albergaria de Mello Bandeira, Vânia Barcellos Gouveia Campos e Adriano de Paula Fontainhas Bandeira (2011), “Uma visão da logística de atendimento à população atingida por desastre natural”. Ata do XXV ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, Belo Horizonte, MG, Programa de Engenharia de Transportes – PGT, Instituto Militar de Engenharia – IME.

Fabiano de Souza, Renaldo Onofre Laureano Junior (2012), “Gargalos Burocráticos na Logística Humanitária pela Defesa Civil de Santa Catarina em Eventos Hídricos Extremos”. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, SC.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração

Aldo Baptista Neto

Major Bombeiro Militar

Diretor de Resposta a Desastres

Fabiano de Souza

Capitão Bombeiro Militar

Gerente de Operações e Assistência

Vladimir Isaac Lopes

Sargento Bombeiro Militar

Gerente de Logística e Mobilização

Joana Lentz Marques

Engenheira Sanitarista Ambiental

Gerente de Restabelecimento e Reabilitação



